

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**MARÍLIA BERNARDES CLOSS**

**DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO REGIONAL NO GOLFO DA GUINÉ: OS  
CASOS DE ANGOLA E NIGÉRIA NO PÓS-GUERRA FRIA**

**Porto Alegre**

**2015**

**MARÍLIA BERNARDES CLOSS**

**DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO REGIONAL NO GOLFO DA GUINÉ: OS  
CASOS DE ANGOLA E NIGÉRIA NO PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2015**

**MARÍLIA BERNARDES CLOSS**

**DESENVOLVIMENTO E CONSTRUÇÃO REGIONAL NO GOLFO DA GUINÉ: OS  
CASOS DE ANGOLA E NIGÉRIA NO PÓS-GUERRA FRIA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à República Federativa do Brasil por ter me proporcionado cursar o ensino superior. Agradeço, principalmente, ao povo brasileiro, que financiou meus estudos. Não poderia deixar de agradecer, também, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências Econômicas pela excelência acadêmica, que me proporcionou um ensino de superior de qualidade.

Agradeço a todos os demais professores do curso de Relações Internacionais, que me ensinaram a ter uma perspectiva crítica sobre o sistema internacional, e a todos os funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, pessoas essenciais para a minha formação. Em especial, agradeço a minha orientadora, profa. Dra. Analúcia Pereira. Nunca poderia deixar de agradecer, também, à Isa Coutinho pelo apoio, longas conversas e correções para que este trabalho fosse possível. Neste sentido, agradeço também ao Willian, à Renata, à Ana Paula e à Ana María pelas correções e apontamentos. Agradeço, também, à Jacira, minha mãe, pela ajuda com os aspectos formais neste trabalho.

Gostaria de agradecer a toda turma 8 do curso de Relações Internacionais por terem sido os melhores colegas que eu poderia sonhar em ter na graduação. Um carinhoso agradecimento a todos os meus colegas nos projetos de extensão – RIPE, BIS, UFRGSMUN e UFRGSMUNDI: a extensão e vocês me ajudaram, mais que qualquer outra coisa, a entender o papel da universidade no Brasil e me fizeram compreender que o aprendizado nunca é unilateral, pois é uma troca, e que a academia não faz sentido se descolada da sociedade. Agradeço a todas as mulheres do curso: sem a sensibilidade e o feminismo de vocês, meu trabalho e minha pesquisa seriam impossíveis.

Agradeço aos meus amigos, que tive tanta sorte de encontrar: à minha “diretoria” santarrosense, por serem meus irmãos e já fazerem parte de quem eu sou; à Paula, pela amizade inestimável; e à minha “diretoria” das Relações Internacionais, por serem meus braços direito e esquerdo sempre que precisei e por me fazerem acreditar em mim mesma e em um mundo mais igual e mais justo. Especialmente, um agradecimento a algumas das mulheres da minha vida, Ana Paula, Bruna, Giovana, Júlia e Renata, por todo o apoio, a amizade, a cumplicidade e por tudo que me ensinaram; mais que isso: por terem sido minha inspiração nesses últimos anos. Agradeço, também, à Jéssica pelo companheirismo e pelas longas conversas sobre Angola e sobre o continente africano.

O meu mais carinhoso agradecimento vai para o Willian, por ser o maior companheiro, em todos os sentidos que essa palavra possa ter, que eu poderia imaginar. Obrigada pela

compreensão, pelas conversas, pelas correções e pelos abraços durante a escrita deste trabalho. Por fim, agradeço à minha família que me proporcionou entrar e concluir o curso na universidade. Especialmente, agradeço à minha mãe, ao meu pai e ao meu irmão pelo carinho e por todo apoio nos últimos anos. Meu amor e minha gratidão por vocês não caberia jamais nessas frases.

*É impossível falar de histórias únicas sem falar de poder. Há uma palavra, em Igbo, na qual eu penso sempre que eu penso sobre as estruturas de poder no mundo; essa palavra é nkali. É um substantivo que pode ser traduzido livremente para “ser maior que o outro”. Como nossos mundos econômicos e políticos, as histórias também são definidas pelo princípio do nkali: como as histórias são contadas, quem as conta, quando as contam, quantas histórias são contadas – tudo isso depende do poder. [...]*

*A consequência de uma única história é essa: ela rouba das pessoas sua dignidade. Faz o reconhecimento de nossa humanidade compartilhada difícil. Enfatiza como nós somos diferentes em vez de como somos semelhantes. [...]*

*Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida.*

## RESUMO

O presente trabalho trata dos modelos de desenvolvimento e da construção de um espaço regional por parte de Angola e Nigéria no Golfo da Guiné. Tem como objetivo averiguar se os dois Estados podem ser considerados potências regionais africanas no Golfo, dentro do marco temporal entre os anos de 2000 a 2015. Para tal, este trabalho retoma características estruturais dos países africanos, herdadas dos processos de formação e inserção internacional dos Estados do continente. Com isto, busca-se apresentar o processo de desenvolvimento de Angola e Nigéria na última década e meia, objetivando a compreensão de quais são os indicadores para o estabelecimento do status, por parte dos dois países, de potências regionais africanas. Nota-se que Angola e Nigéria hoje podem ser consideradas potências regionais africanas na África Austral / Central e na África Ocidental, respectivamente; Angola, por seu modelo de desenvolvimento econômico, e Nigéria por sua atuação de liderança regional. Entretanto, no Golfo da Guiné, os dois Estados não atingiram tal status. Ademais, discute-se a conjuntura contemporânea do Golfo da Guiné. Conclui-se que, hoje, o Golfo da Guiné já é palco de uma geopolítica própria. Argumenta-se, também, que Angola e Nigéria, enquanto dois Estados pilares na região, não lograram construir um espaço regional efetivo e politicamente coordenado frente à nova conjuntura – fator essencial para a superação de diversos gargalos estruturais herdados do processo da formação dos Estados africanos.

**Palavras-chave:** Golfo da Guiné; Angola; Nigéria; Desenvolvimento; Construção regional.

## **ABSTRACT**

This work addresses Angola's and Nigeria's model of development and regional building in the Gulf of Guinea. It aims to ascertain if both states can be considered African regional powers in the Gulf, in the 2000-2015 timeframe. In order to do that, this work analyzes structural characteristics of the African countries, inherited from the states' formation process and its international insertion into the global division of labor. Based on that, this paper seeks to present Angola's and Nigeria's process of development in the last 15 years, aiming to comprehend which are the indicators that made possible for these two countries to achieve an African regional powers status. Angola and Nigeria can be considered African regional powers in, respectively, Southern Africa / Central Africa and Western Africa: Angola, for its economic development model, and Nigeria, for its role as regional leadership. Furthermore, it is discussed the contemporary situation in the Gulf of Guinea. It is concluded that, contemporarily, the Gulf of Guinea has a geopolitical dynamics of its own. Furthermore, it is proposed that Angola and Nigeria, as two pillar states in the Gulf, did not succeed to build an effective and political coordinated space in the region to respond to the new situation yet – which is an essential factor to overcome the structural bottlenecks inherited from states formation in Africa.

**Keywords:** Gulf of Guinea; Angola; Nigeria; Development; Regional building.



## RESUMEN

Este trabajo trata acerca de los modelos de desarrollo y de la construcción de un espacio regional por parte de Angola y Nigeria en el Golfo de Guinea. Su objetivo es averiguar si los dos Estados pueden ser considerados potencias regionales africanas en el Golfo en el espacio temporal entre los años 2000 y 2015. Para ello, este trabajo presenta características estructurales de los países africanos, heredadas de los procesos de formación e inserción internacional de los Estados del continente. Con ello, se busca presentar el proceso de desarrollo de Angola y Nigeria en la última década y media, objetivando la comprensión de cuáles son los indicadores para el establecimiento del status, por parte de los dos países, de potencias regionales africanas. Puede notarse que Angola y Nigeria hoy pueden ser consideradas potencias regionales africanas en África Meridional / Central y en África Occidental, respectivamente: Angola, por su modelo de desarrollo económico y Nigeria por su actuación como líder regional. Además, es discutida la coyuntura contemporánea de Golfo de Guinea. Puede concluirse que hoy el Golfo de Guinea ya es escenario de una geopolítica propia. Se argumenta, también, que Angola y Nigeria, como dos Estados pilares en la región, no han logrado construir un espacio regional efectivo y políticamente coordinado frente a la nueva coyuntura – factor esencial para la superación de las deficiencias estructurales heredados del proceso de formación de los Estados africanos.

**Palabras clave:** Golfo de Guinea; Angola; Nigeria; Desarrollo; Construcción regional.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 POTÊNCIAS REGIONAIS AFRICANAS E O ESTADO AFRICANO .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Potência regional e potência regional africana .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2. A formação do Estado africano .....</b>	<b>15</b>
2.2.1 O Estado africano: vulnerabilidade, os “quase Estados” e problemas de soberania .....	15
2.2.2. O Estado africano: inserção internacional periférica .....	20
<b>3 ANGOLA E NIGÉRIA: POTÊNCIAS REGIONAIS AFRICANAS? 2000 – 2015.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 Angola: entre o fortalecimento econômico e a integração regional .....</b>	<b>27</b>
3.1.1 Angola: dados gerais .....	28
3.1.2 Angola: recursos naturais e indústria do petróleo.....	30
3.1.3. As Forças Armadas Angolanas .....	34
3. 3.1.5 Angola: relações internacionais.....	37
<b>3.2 Nigéria: entre o crescimento e a instabilidade doméstica .....</b>	<b>40</b>
3.2.1 Nigéria: dados gerais.....	41
3.2.2 Os recursos naturais e a indústria do petróleo .....	44
3.2.3 Nigéria: construção de espaço regional no África Ocidental .....	46
<b>3.3 Angola e Nigéria: potências regionais africanas ou Estados Diretores? .....</b>	<b>50</b>
<b>4 GOLFO DA GUINÉ: CONJUNTURA, CONSTRUÇÃO REGIONAL E OS PAPEIS DE ANGOLA E NIGÉRIA .....</b>	<b>53</b>
<b>4.1. Golfo da Guiné: nova importância estratégica e nova conjuntura regional (2000-2015) .....</b>	<b>53</b>
<b>4.2 Golfo da Guiné: construção de um espaço regional .....</b>	<b>60</b>
4.2.1. Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: Comissão do Golfo da Guiné, ZOPACAS e instituições regionais .....	60
4.2.2 Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: relações com os Estados vizinhos .....	63
<b>4.3 Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: necessidade de construção regional .....</b>	<b>66</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional contemporâneo vem sendo palco dos mais diversos processos de integração regional. Com o fim da Guerra Fria e o início do século XXI, os Estados têm procurado se organizar regionalmente, buscando fortalecer seus laços econômicos e políticos e almejando o desenvolvimento conjunto. Grande parte desses processos são capitaneados pelo que, conceitualmente, chama-se de potências regionais. Diferentes correntes das Relações Internacionais, hoje, tentam explicar o que são essas potências regionais, quais suas principais características e qual seus papéis regionalmente.

Os conceitos mais tradicionais são úteis para a abordagem de países como Índia, Brasil ou China, mas acabam tangenciando a realidade africana, não logrando explicá-la efetivamente. Grande parte disto se dá pela incapacidade destes conceitos incorporarem características estruturais herdadas durante a formação dos países africanos, nos período colonial e após as independências. Por outro lado, uma série de Estados da África, hoje, tem se destacado na organização política, econômica e securitária no continente. No presente trabalho, ao identificar a ausência de um conceito apropriado para tais países, os chamamos de potências regionais africanas – esforço que não tem pretensão de propor um novo conceito, visando apenas a contribuir para a sua construção futura.

Na última década e meia, dois Estados da África Subsaariana têm se sobressaído graças a seus processos de desenvolvimento. Angola e Nigéria viveram e vivem um *boom* econômico, tendo se consolidado como duas potências petrolíferas, além de haverem atuado como dois Estados pilares em suas regiões – África Austral / Central e África Ocidental, respectivamente. Angola, após quase 30 anos de guerra civil, atingiu sua estabilidade política em 2002, e logo se consolidou como um dos mais importantes polos econômicos regionais. Nigéria, após quase uma década de isolamento internacional, entrou no século XXI como a grande liderança de sua região e como uma das lideranças no continente africano.

Os dois Estados também estão inseridos no Golfo da Guiné, reentrância na costa atlântica da África, que vai desde a fronteira leste da Costa do Marfim até a fronteira sul de Angola. No presente trabalho, considera-se que o Golfo da Guiné agrega os seguintes países: Angola, Benim, Camarões, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Togo; utilizando-se a concepção de Beny (2007). A escolha por esta delimitação espacial para o Golfo da Guiné se dá pela compreensão de que a região não é apenas um espaço geográfico, mas também um espaço político. Na última década e meia, o Golfo tem assistido uma série de mudanças em sua

conjuntura: estabeleceu-se como um polo petrolífero global, passou por um acelerado processo de desenvolvimento e tornou-se um novo centro de atração de capital e investimento extrarregional no continente africano. Mais que isto: o Golfo da Guiné tem, em si, a materialização de diversos processos, como o que vários autores chamam de Nova Corrida pela África. Assim, o Golfo da Guiné é palco, hoje, de uma geopolítica própria.

Com isto, a pesquisa parte da premissa de que Angola e Nigéria têm características econômicas estruturais específicas que condicionam sua atuação internacional no período pós-Guerra Fria, principalmente dada a inserção global econômica no pós-Guerra Fria dos dois países enquanto Estados africanos que lhes condiciona especificidades. Frente a isto, busca-se compreender se, hoje, Angola e Nigéria são potências regionais africanas no Golfo da Guiné.

O objetivo geral do presente trabalho é entender quais os papéis de Angola e Nigéria no Golfo da Guiné. Tem-se três objetivos específicos da pesquisa, quais sejam: 1) entender qual a nova conjuntura no Golfo da Guiné nos anos 2000; 2) avaliar se Angola e Nigéria têm as capacidades de atuarem como líderes na região, avaliando o papel de seus modelos de desenvolvimento e seus papéis enquanto lideranças regionais; e 3) compreender como tem sido a atuação, caso de fato haja, dos dois Estados no Golfo com vistas à construção de um espaço regional.

Parte-se do pressuposto que, nos últimos anos, Angola e Nigéria atingiram um novo status no continente africano, após um acelerado processo de desenvolvimento nos anos 2000, e que hoje são duas das principais potências regionais africanas. A escolha do marco temporal dos anos 2000 se dá em função de três motivos principais: I) o fim da guerra civil angolana, em 2002, que viria a trazer estabilidade para o Estado e impulsionar seu processo de desenvolvimento; II) o fim do isolamento internacional nigeriano, dando ao país um novo patamar de atuação em suas relações internacionais; III) o contexto holístico do continente africano, que experimentava um novo salto em seu processo de desenvolvimento, capitaneado por iniciativas como a criação da União Africana e do *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD). Tal período ficou conhecido como Renascimento Africano, ou *African Renaissance*, no termo original.

Os principais resultados deste trabalho dizem que, hoje, Angola e Nigéria atingiram o posto de potências regionais africanas por duas razões diferentes: enquanto Angola consolida-se como um polo econômico, baseada em um modelo de desenvolvimento específico, Nigéria se estabelece como uma liderança continental e regional ao ser a principal capitaneadora da integração regional na África Ocidental. No Golfo da Guiné, entretanto, os dois países ainda não atingiram tal status. A nova conjuntura do Golfo tem mostrado a necessidade da construção

de um espaço regional coordenado em âmbitos políticos, econômicos e securitários. Para tal, Angola e Nigéria devem exercer um papel essencial. Destaca-se o conceito de Estado-diretor traçado por Almeida (2009): Estados que capazes de influenciar, por seus recursos, suas regiões, organizá-las e inseri-las dentro da distribuição de poder no continente africano. Neste sentido, o estabelecimento de Angola e Nigéria como potências regionais africanas no Golfo da Guiné depende de suas efetividades em atuarem como Estados diretores no Golfo e construírem um arranjo regional coordenado frente à nova conjuntura.

Os métodos de pesquisa empregados no trabalho são qualitativos, com base na análise de bibliografias especializadas no tema e análise documental, obtida a partir de bases de dados. O trabalho se justifica de duas maneiras. Primeiramente, é justificável por tratar de um tema relativamente pouco pesquisado no campo de Relações Internacionais no Brasil. O continente africano é frequentemente esquecido e, quando estudado, geralmente é abordado em uma perspectiva pessimista. Neste sentido, a presente pesquisa busca mostrar que a realidade africana do século XXI é diametralmente diferente do quadro mistificado tradicionalmente apresentado. Ainda que trate, especificamente, de dois países e de uma região do continente, o trabalho pretende a compreensão da conjuntura continental ao tentar entender, em última instância, o Estado africano. O trabalho também se justifica ao tratar de dois países e de uma região que são estratégicos para a política externa do Brasil. A política africana de nosso país conta com Angola e Nigéria como dois de seus principais parceiros e tem no Golfo da Guiné um espaço de prioridade em sua atuação na África. Portanto, o estudo da nova conjuntura regional e do papel de Angola e Nigéria neste processo é fundamental.

Para atingir seus objetivos, o presente trabalho é dividido em três capítulos, precedidos da presente introdução e seguidos de uma posterior conclusão. Em um primeiro momento, será feita uma breve discussão acerca do debate atual sobre o conceito de potência regional, expondo as principais matrizes teóricas do campo de Relações Internacionais e suas perspectivas. Após, será apresentada uma descrição acerca do processo de desenvolvimento de Angola e Nigéria no período que abrange o início dos anos 2000 até 2015, destacando os principais pontos que fazem deles Estados que se destacam no continente africano por seus recursos econômicos, militares e políticos, além de pontuar os principais aspectos de seus papéis de liderança na África. Por fim, será discutida a nova conjuntura do Golfo da Guiné e os papéis de Angola e Nigéria neste processo.

## **2 POTÊNCIAS REGIONAIS AFRICANAS E O ESTADO AFRICANO**

No presente capítulo, será apresentada uma breve discussão acerca do debate contemporâneo sobre potências regionais. Argumenta-se que a discussão atual sobre o tema não contempla a realidade da África; grande parte disso se deve ao fato desses conceitos não incorporarem fatores estruturais herdados do processo de formação dos Estados africanos. Portanto, também será discutida a formação dos Estados africanos, focando nas especificidades sobre a construção da soberania e sobre a inserção internacional do continente, visto que esses determinam as especificidades das potências regionais africanas.

### **2.1 Potência regional e potência regional africana**

A segunda metade do século XX e o estabelecimento de uma nova ordem internacional bipolar pós-Segunda Guerra Mundial trouxeram à tona novos debates para as Relações Internacionais. Dentre eles, um dos mais relevantes trata do novo papel de países que não estão nem no centro nem na periferia do Sistema Internacional. O surgimento do Terceiro Mundo, a criação do Movimento dos Não-Alinhados e a crise do petróleo de 1973 evidenciaram o aumento da importância de países que até então eram subestimados pelas grandes potências. O fim da Guerra Fria e o processo de regionalização, cada vez maior, do Sistema Internacional tornaram evidente a necessidade de se debater conceitos como o de potência regional (NOLTE, 2010). A década de 1990 trouxe a globalização e a emergência de uma série de conflitos no Terceiro Mundo e, consigo, uma maior distribuição dos custos da gestão da nova ordem hegemônica estadunidense. Há, portanto, uma nova relevância dada aos países de grande importância regional. Neste contexto, emerge o debate sobre as potências médias e, principalmente, sobre as potências regionais.

As principais contribuições para o debate sobre as novas potências regionais vem, fundamentalmente, de três principais correntes: 1) da corrente construtivista, principalmente com base na contribuição de Buzan e Weaver (2003), a partir da qual há a identificação de potências regionais segundo a percepção dos demais atores do Sistema Internacional de uma potência cuja influência se limita à sua região; 2) realista, basicamente a partir dos trabalhos de Waltz (1993), Mearsheimer (2001) e Wohlfort (1999), que enfatiza as capacidades (econômicas e, principalmente, militares) de países que não logram ser grandes potências, mas cujos recursos são suficientes para serem classificados como potências regionais; 3) liberal-institucionalista, cuja principal obra é a de Keohane (1969), que insere os países em um *continuum* que contém

Estados que determinam sistema, Estados que influenciam o sistema, Estados que afetam o sistema e Estados que não afetam o sistema<sup>1</sup>, em uma ordem do maior para o menor grau de importância. Na interpretação de Sennes (2003) e de Flemes (2007), pode-se relacionar os Estados que afetam o sistema com as potências médias.

Ainda que autores como Nolte (2010), Schoeman (2000), Lima e Hirst (2009) e Flemes (2007) tenham feito consideráveis esforços para incluir o Terceiro Mundo nas análises sobre as potências médias e regionais, grande parte da bibliografia trata apenas daqueles países relativamente mais ricos e com maiores capacidades, principalmente militares e econômicas. Buzan e Weaver (2003) e os autores realistas dão ênfase a países como Brasil e Índia como potências regionais, enquanto a linha liberal-institucionalista debate o papel de países como Canadá, Suécia e Austrália como potências médias ou Estados que afetam o sistema. Nesse sentido, nota-se que, atualmente, debate-se a concepção de potências regionais baseada no novo papel dos chamados países BRICS ou daqueles que têm uma grande estabilidade política e econômica e que se consolidaram como países com indicadores socioeconômicos bastante positivos.

Como se pode perceber, à exceção da esporádica inclusão da África do Sul, o continente africano ficou à margem da análise das potências regionais dentro da bibliografia tradicional. Afinal, quando se estabelece que as potências regionais são países com capacidades econômicas e militares como Índia e Brasil, como é o caso da abordagem realista, evidentemente este debate não se estende à realidade de Angola ou da Nigéria. Com a abordagem construtivista, o raciocínio é semelhante: os Estados africanos não têm o reconhecimento internacional que têm as “potências regionais tradicionais” e, na abordagem liberal-institucionalista, nenhum país do continente africano influencia a dinâmica do sistema internacional suficientemente para ser incluído dentro da tipologia de Estados que afetam o sistema e, em última instância, potência regional ou média.

Entretanto, como será tratado nos capítulos posteriores, existe uma série de Estados africanos que vêm se destacando no continente. Os exemplos mais notáveis são África do Sul, Angola, Nigéria, Argélia e Etiópia. Ainda que com recursos significativamente diferentes, esses países adotam posturas muitas vezes de liderança regional, têm reconhecimento a nível continental e, para a realidade africana, seus recursos econômicos e militares são consideráveis. Em alguns casos, por exemplo, Estados africanos como os mencionados acima inclusive cumprem alguns dos requisitos do conceito de potência regional como os debatidos por Nolte

---

<sup>1</sup> Termos em tradução livre. No original, tratam-se dos *system-determining states*, *system-influencing states*, *system-affecting states* e *system-innfectual states*, respectivamente.

(2010) e Schoeman<sup>2</sup> (2000). Neste sentido, os Estados em questão – Nigéria e Angola – certamente não são considerados potências regionais conforme a bibliografia tradicional, mas, como se verá nos próximos capítulos, podem ser considerados potências regionais no contexto africano ou - como se chamará de aqui para adiante – potências regionais africanas.

A compreensão do porquê da diferenciação entre uma potência regional global – ou uma potência regional tradicional – e uma potência regional africana passa, necessariamente, pela compreensão da condição da África no sistema internacional hoje e de suas condições de desenvolvimento; para tal, é fundamental o entendimento do Estado africano contemporâneo. Evidentemente, não é pretensão do presente trabalho apresentar os 54 Estados africanos como homogêneos; entretanto, a história do continente nos mostra que a colonização, o processo de independência, a formação do Estado independente e o período recente criaram uma dinâmica e uma inserção internacional semelhante para grande parte dos Estados da África. Assim, a compreensão do papel de Angola e da Nigéria hoje no Golfo da Guiné requer a compreensão do Estado africano contemporâneo.

## **2.2 A formação do Estado africano**

### **2.2.1 O Estado africano: vulnerabilidade, os “quase-Estados” e os problemas de soberania**

O continente africano comporta o conjunto dos Estados mais novos do globo; isto se dá não apenas pelo fato de as três grandes ondas de independência – nas décadas de 1950 e 1960 e a partir de 1975, dentro do estabelecido por Visentini, Ribeiro e Pereira (2013) – terem se dado tardiamente, mas também pela colonização efetiva do continente ter começado apenas na segunda metade do século XIX. Anteriormente a este período, as formações estatais africanas não eram baseadas em Estados soberanos territoriais dentro dos modelos westfalianos, pois a concepção de poder e de autoridade não era ligada à terra e às fronteiras (HERBST, 2000). Segundo Herbst (2000), os Estados africanos pré-coloniais tinham seus limites de autoridades não perfeitamente delimitados, pois seguiam uma cidade central, que geralmente era a capital, e, a partir dela, o poder da formação estatal se expandia em círculos concêntricos. Ademais, as relações de poder e de autoridade diferenciavam-se muito daquelas que hoje conhecemos, pois eram baseadas na questão de lealdade e de ancestralidade, e não necessariamente de

---

<sup>2</sup> Para Nolte (2010), potência regional é aquele Estado que tem a pretensão de ser liderança em um espaço que seja econômica, geográfica e politicamente delimitado, que tenha capacidades (materiais, econômicas e demográficas) para projeção de poder em tal região e que de fato tenha influência nas dinâmicas regionais. Já Maxi Schoeman (2000), por sua vez, entende as potências regionais como que aquelas atuam em uma região específica e, nela, têm a responsabilidade de política regional e de mantenedor da paz e da estabilidade, além de promover regras e normas regionais. O autor também destaca a necessidade estabelecimento de uma liderança moral na região por parte da potência e que, para isso, são necessárias condições de estabilidade interna ao Estado.



pertencimento a um espaço territorial delimitado (MACEDO, 2014). A delimitação territorial dos Estados coloniais, materializada na Conferência de Berlim, não respeitou nem as separações étnicas do continente nem – mais importante – as formações estatais anteriores e suas concepções de poder, autoridade e territorialidade. Assim, a formação de Estados tal como conhecemos hoje no Sistema Internacional no continente africano ocorreu muito mais tardiamente que no restante dos continentes.

Com os processos de descolonização, os nascentes Estados independentes herdaram grande parte da estrutura colonial burocrática. Entretanto, segundo Chazan et al. (1999, p.43), a transferência da administração colonial para os Estados nascentes se deu de uma maneira “apressada e incompleta”. Segundo os autores, o processo foi tão rápido e desorganizado que haviam pouquíssimos funcionários públicos disponíveis e com experiência suficiente para organizar a nova administração independente. Além disso, os africanos herdaram toda uma estrutura que não era pensada para obter legitimidade ou para construir um bem-estar para o Estado, mas sim que fora desenhada administrativa e burocraticamente para governar de maneira autoritária (CHAZAN et al., 1999).

Os africanos herdaram também estruturas estatais que não logravam controlar todo o território do país. Para Clapham (1996), duas das mais fundamentais características para o que chama de *state-hood* (em uma tradução livre, qualidade do Estado) são a) soberania e b) legitimidade; os nascentes Estados africanos não teriam plenamente nenhuma dessas características. Em termos de soberania, são os Estados mais fracos do mundo, pois não logram controlar efetivamente todo o espaço territorial. Desde a construção do Estado colonial, a concentração das dinâmicas econômicas ficou restringida a algumas cidades costeiras, e a infraestrutura dificilmente chegava ao interior dos países. A escolha dessas cidades que centralizariam as dinâmicas econômicas e políticas não respeitava as dinâmicas anteriores à colonização<sup>3</sup>, o que fez com que estas virassem uma espécie de enclave, detendo a parte da economia do país que era integrada ao Sistema Internacional (HERBST, 2000).

Neste sentido, a formação do Estado africano foi um processo muito menos urbanizado quando comparado ao europeu, por exemplo, pois continha “ilhas urbanas”, geralmente ligadas apenas à zona costeira. Reflexos disso foram sentidos durante a história africana e são sentidos até hoje: durante as independências, a maioria dos partidos de libertação nacional ou anticolonialistas tinham um caráter extremamente urbano e dificilmente se conectavam com as massas rurais – ou seja, com a maioria da população africana (HERBST, 2000). Em função

---

<sup>3</sup>Um dos principais exemplos de tal fato é que Bamako foi estabelecida a capital do Mali em detrimento de Timbuktu, cidade milenar que, por séculos, foi palco da ascensão e queda de uma série de impérios africanos.

disso, até hoje a África é o continente menos urbanizado do globo, e muitos dos países não lograram fazer sua integração completa: as instituições - sejam elas políticas, econômicas, de justiça ou afins – não chegam nem têm capilaridade social até os setores rurais, mais isolados. No mesmo sentido que descreve Herbst, Clapham (1996) cria o conceito de “soberania dos correios” (tradução própria), no sentido de “quem abre a caixa de correio governa o país”, relacionando ao aspecto de que quem controla a capital, ainda que não tenha controle sobre o país inteiro, administra o Estado. Ainda segundo o mesmo autor, os Estados têm suas soberanias garantidas basicamente pelo reconhecimento pelos outros países do Sistema Internacional, e não pela garantia de controle pleno do Estado; trata-se do que chama de soberania negativa (CLAPHAM, 1996).

Outro aspecto relevante destacado por Herbst (2000) se dá quando esse retoma a obra de Charles Tilly. Para Herbst, é importante destacar que, desde o período pré-colonial, o continente africano é o menos povoado e o que mais sofre com desequilíbrios demográficos. Isso fez com que, diferentemente da Europa no período da formação dos seus Estados, o espaço territorial não fosse motivo de disputas. Aliado a este aspecto, as guerras entre os Estados foram uma das principais características da formação do sistema interestatal europeu. Assim, a competição dentro do sistema da Europa e a “preparação” para a guerra foram alguns dos principais instrumentos que fizeram com que os Estados europeus consolidassem diversas de suas capacidades. Isto ia desde o estabelecimento de uma economia - a indústria da guerra ou “indústria de produção de proteção”, como chamou Arrighi (1995), que alicerçou a acumulação de capital europeu – até a manutenção de um Estado plenamente controlado pelas instituições centrais, com soberania plena – necessária frente aos “inimigos externos”. Diferentemente disto, os Estados africanos nasceram em um sistema interafricano no qual a competição interestatal foi exceção, e não regra<sup>4</sup>, e a maioria dos conflitos que emergiram na segunda metade do século XX são internos aos Estados. Nota-se, portanto, que a competição interestatal – destacada por Tilly (2007) e Arrighi (1996) como principais fatores de acumulação de capital e estabelecimento pleno de soberania nos Estados europeus – não ocorreu no continente africano.

Em termos de legitimidade, muitos dos nascentes Estados africanos também pecavam. Após uma fase em que o pluripartidarismo e o pluralismo político prosperaram na África, o final dos anos 1960 trouxe conflitos políticos e armados que levaram ao processo que Elikia M’bokolo (2011) chama de “viragem autoritária e ascensão dos partidos-Estados-nações”,

---

<sup>4</sup> A principal exceção é a África Austral, e a existência da competição interestatal na região trouxe mudanças e características significativas para os Estados.

quando há a ascensão de partidos únicos em grande parte do continente. A escolha do termo “partido-Estado-nação” se dá porque, em alguns lugares, o partido único aglomerava e cooptava seus adversários e, em outros, a oposição era eliminada. Além disso, a divisão entre o partido e o Estado nem sempre era clara, e, muitas vezes, o partido efetivamente absorvia estruturas estatais (CHAZAN et al., 1999). Exemplos disso ocorreram na Guiné, em Moçambique e em Angola.

Grande parte dos Estados africanos passaram a ser administrados por governos não democráticos, que mantinham relações íntimas com as ex-metrópoles e mantinham grande parte das estruturas e dinâmicas coloniais; geralmente, tais Estados obtiveram a independência de maneira consensuada com suas ex-metrópoles, sem guerra de libertação nacional. Assim, a metrópole lograva “colocar” na administração da ex-colônia aqueles que lhe eram convenientes. No caso dos países em que houve maiores rompimentos com a ex-metrópole ou guerra de libertação nacional, alguns dos novos líderes dos Estados foram eleitos por eleições populares; o destino de muitos desses, entretanto, foi ser derrubado por posteriores golpes militares, como foi o caso do ganês Kwame Nkrumah. Apenas entre 1960 e 1975, ocorreram golpes militares em quinze países do continente africano<sup>5</sup>.

Provavelmente, a pior consequência da existência de modelos políticos de partidos únicos não é apenas a ausência de democracia liberal *per se*, mas o estabelecimento de regimes políticos com caráter neo-patrimonialista. No presente trabalho, utiliza-se o conceito trabalhado pelos africanistas Chabal e Daloz (1999). Para os autores, a principal característica do Estado neo-patrimonialista é sobrepor as esferas pública e privada. O prefixo “neo” é adotado por, tratando-se dos Estados africanos modernos, representar um modelo político e sociológico que mescla características pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais.

[...] o Estado é simultaneamente ilusório e substancial. É ilusório porque seu *modus operandis* é essencialmente informal, o Estado de Direito é debilmente estabelecido e a capacidade para implementar política pública segue majoritariamente limitada. É substancial porque seu controle é o prêmio final para as elites políticas: de fato, é o principal instrumento do patrimonialismo. O Estado é então forte e fraco ao mesmo tempo, super-desenvolvido no tamanho e sub-desenvolvido em termos funcionais. [...] Em um sistema neo-patrimonialista, o muito alardeado setor ‘público’ é na realidade apropriado pelos interesses privados. A consequência é dupla: por um lado, os serviços públicos permanecem pela via do clientelismo e nepotismo; pelo outro, o acesso às instituições públicas do Estado é vista como a principal maneira de enriquecimento (CHABAL; DALOZ, 1999, p.9).

---

<sup>5</sup> A saber: Burkina Faso (1966 e 1973), Burundi (1966), República do Congo (1968), República Democrática do Congo (1960 e 1965), Etiópia (1974), Gana (1966 e 1972), Mali (1968), Níger (1974), Nigéria (1966 e 1975), República Centro-Africana (1966), Ruanda (1973), Serra Leoa (1967 e 1968), Somália (1969), Sudão (1958 e 1969), Uganda (1971).

Chazan et al. (1999) trazem uma perspectiva semelhante sobre o assunto. Para os autores, outra questão que tirava a legitimidade da conformação do Estado africano era o grande personalismo e a centralização da tomada de decisões em uma única pessoa (CHAZAN et al., 1999). Quanto à perspectiva em relação ao Estado neo-patrimonialista, os autores descrevem como aquele em que prosperam as relações pessoais e não “de escritório” em um sistema racional e jurídico (CHAZAN et al., 1999).

Além disso, o “desenho” dos Estados coloniais fez com que os regionalismos fossem problemas importantes na conformação das nações africanas, pois haviam “categorias sociais e agrupamentos territoriais com as mais diversas aspirações e cálculos, a fim de rejeitar o peso excessivo do poder do Estado central, ou até para pôr em causa a própria existência desse Estado” (M'BOKOLO, 2011, p.564). Os exemplos mais notáveis ocorreram na Nigéria, na República Democrática do Congo e no Sudão. Adiciona-se a isso o fato de muitos dos regionalismos serem inflados e estimulados por potências extrarregionais com o objetivo de estimular separatismos nos grandes Estados africanos (SCHMIDT, 2013).

Assim, muitos Estados africanos nascem carentes de legitimidade concreta. Frente a esta combinação – ausência de soberania sobre a totalidade do Estado e baixa legitimidade –, nascem os chamados “quase-Estados”<sup>6</sup> (CLAPHAM, 1996). Pode-se notar que

Os líderes africanos receberam uma estrutura de controle, mas lhes faltava uma base de poder a partir da qual eles pudessem efetivamente estabelecer prioridades e prosseguir políticas. [...] Essa foi a herança que [...] definiu o problema central dos governos africanos no momento: todos eles tinham de lidar, de uma maneira ou de outra, com a questão da consolidação de poder em uma situação na qual sua própria legitimidade era tênue, demandas e expectativas eram altas e vulnerabilidade externa era pronunciada (CHAZAN et al., 1999, p. 46, tradução nossa).

Ainda segundo os mesmos autores, embora o Estado pós-colonial fosse monopolístico, ele tinha poderes e legitimidade muito tênues e muito pouca autoridade; a centralização de fato foi a consolidação estatal, mas isso não significou total controle sobre o espaço territorial (CHAZAN et al., 1999, p.54). Finalmente, os autores resumem aqueles que são, para eles, os fatores que fazem o Estado independente africano comportar uma série de fraquezas: escassez de recursos, padrões politizados de diferenciação social, recursos estatais sobre-expandidos, insuficiente legitimidade estatal, inadequação do poder estatal e a ausência de instituições suficientemente adaptadas à realidade local (CHAZAN et al., 1999, p.66).

Assim, nota-se que o Estado africano nasceu, na segunda metade do século XX, já com uma série de vulnerabilidades estruturais. Entretanto, não foram apenas estes fatores que condicionam hoje a atuação dos grandes Estados africanos regionalmente e no continente

---

<sup>6</sup> Termo em tradução própria. Clapham (1996) utiliza o termo *quasi-Estados* no original.

africano. A inserção internacional dos nascentes Estados africanos na realidade da Guerra Fria e, posteriormente, na “vitória” liberal-capitalista trouxeram condições muito específicas para a realidade africana, e é fundamental compreendê-las para a análise da Nigéria e Angola contemporâneas. Especialmente, as condições econômicas nas quais os Estados africanos foram inseridos trouxeram sérias consequências para a estrutura econômica dos países nascentes.

### 2.2.2 O Estado africano: inserção internacional periférica

A integração efetiva do continente africano no sistema-mundo capitalista se deu no século XIX. Anteriormente a esse período, a integração africana não ocorreu de fato, pois o papel africano era o de fornecedor de produtos de luxo, ou de comércio “supérfluo”. Efetivamente, a integração se dá quando a África passa a fornecer para o resto do mundo os chamados bens-essenciais, pois, a partir de então, as relações de produção e trabalho passam a adequar-se ao sistema capitalista e à divisão internacional do trabalho de fato. No caso africano, os bens-essenciais eram os escravos<sup>7</sup> (WALLERSTEIN, 2010).

Anteriormente ao estabelecimento do tráfico de escravos no continente africano e, especialmente, no Golfo da Guiné, não existiam economias integradas ou de mono-produção; pelo contrário: prosperavam os avanços nas técnicas de produção agrícola e manufatureira. O advento do tráfico de escravos minou a dinâmica econômica local, pois deslocou a mão-de-obra e os recursos – humanos e de capital – para a atividade e criou um desequilíbrio demográfico, com a criação de grandes vazios populacionais. A produção de subsistência passou a ser a atividade econômica dominante, exigindo um elevadíssimo grau de importação de produtos manufaturados da Europa, enquanto cabia ao continente africano o papel de exportador de escravos e, em menor grau, produtos primários, principalmente o ouro.

A hegemonia britânica e a política seletiva de livre-cambismo vieram concomitantes à política desta potência de acabar com o tráfico de escravos, o que diminuiu consideravelmente a principal atividade econômica da costa atlântica da África e minou seu sistema político e de comércio sul-atlântico. Além disso, o comércio intra-africano, a divisão do trabalho, a conformação de mercado interno e o desenvolvimento de manufaturas e indústrias foram quase completamente paralisados durante e logo após o advento do tráfico de escravos. Assim,

---

<sup>7</sup> Anteriormente à integração efetiva da África no sistema-mundo, a escravidão já era uma prática econômica no continente – estando ela ligada ou não à presença de potências extrarregionais. É no período comentado, porém, que a escravidão a compor aquilo que Wallerstein (2010) chama de bens essenciais, à medida em que a mão de obra escrava passa a ser amplamente utilizada nas colônias europeias e, portanto, passa a ser uma atividade econômica essencial para o funcionamento do sistema. Ademais, é o momento em que o tráfico de escravos também passa a ser uma atividade com lucros extraordinários, o que diferencia a escravidão do sistema atlântico das modalidades anteriores.

enquanto a Europa e a América do Norte viviam o desenvolvimento do trabalho assalariado e de suas manufaturas, possibilitando suas revoluções industriais, o continente africano ainda assistia às práticas pré-capitalistas, grandemente em função das estruturas de comércio e mercado criadas pelos próprios europeus. Neste contexto, o continente africano adentrava ao século XX já em uma posição de dependência no sistema internacional (INKIORI, 2010).

Durante toda a primeira metade do século XX, as economias africanas e, especificamente, do Golfo da Guiné mantiveram a mesma dinâmica econômica: alocação de recursos na produção de mercadorias primárias destinadas à exportação e utilização das receitas de exportação para importar artigos manufaturados e gêneros alimentícios inexistentes em sua produção autóctone. Há a consolidação das economias africanas – ainda colônias – dependentes de monoculturas e norteadas pela exportação para o centro global. Até a Segunda Guerra Mundial, as exportações eram crescentes, e afluía a economia baseada em produtos primários (OWUSU, 2010). Assim, os Estados africanos independentes nascem em um espaço periférico já delimitado na época das independências.

Essas ocorreram no contexto da Guerra Fria, ocasionando dois principais modelos de desenvolvimento econômico a serem adotados pelos nascentes Estados africanos: a estratégia capitalista com orientação liberal, com caráter neocolonial e intimamente ligado às ex-metrópoles; e a estratégia socialista, com ênfase no papel do Estado enquanto ator econômico e ligado ao bloco socialista, principalmente à URSS. Nesses últimos, os Estados adotaram como estratégia econômica a busca pela industrialização, baseada no processo de substituição de importações, e em uma expansão dos serviços sociais e do setor educativo (M'BOKOLO, 2011), acompanhado de uma série de nacionalizações de empresas, especialmente das ligadas a recursos naturais.

Em países de ambos os “grupos”, e, principalmente, para os países de orientação socialista, durante as décadas de 1960 e 1970, a economia prosperou relativamente:

Nas décadas de 1960 e 1970, assistiu-se assim a um crescimento espetacular dos setores produtores de renda. Alguns países tornaram-se grandes exportadores agrícolas, como aconteceu com a Costa do Marfim, cuja produção de cacau ultrapassou a do Gana, anteriormente primeiro produtor mundial, e da Nigéria, e com o Quênia, que conquistou substanciais partes do mercado nos setores do café e do chá. Outros países aumentaram suas exportações mineiras, como aconteceu com os do *copperbelt* (Zaire e Zâmbia) para o cobre e o cobalto e, ainda mais, com os do golfo da Guiné – Congo, Gabão e, sobretudo, Angola e Nigéria – para o petróleo (M'BOKOLO, 2011, p. 558).

Entretanto, isso não foi suficiente para o estabelecimento de economias africanas bem consolidadas e que proovessem o desenvolvimento às populações. O estabelecimento de economias praticamente mono-culturais - ou dependentes de alguns poucos produtos primários

- voltadas à exportação, cujo principal objetivo era abastecer a ex-metrópole e sem a consolidação de indústrias, logo mostraria suas vulnerabilidades e sua insustentabilidade (OWUSU, 2010). Soma-se a isso o fato de que a África comercializava muito pouco entre si, pois a sua ligação se dava basicamente com os países europeus (M'BOKOLO, 2011; OWUSU, 2010). Assim, as décadas de 1980 e 1990 já apresentariam um cenário diametralmente diferente.

Ainda que o choque do petróleo de 1973 tenha sido relativamente positivo para os países africanos produtores de petróleo, os países não-produtores começaram aí um processo de piora paulatina na balança corrente, o que fez com que tais Estados recorressem maciçamente ao crédito internacional e mergulhassem em um círculo vicioso de endividamento (M'BOKOLO, 2011, p. 559). A conjuntura dos anos 1980 viria a piorar tal situação: a diminuição das possibilidades internacionais de crédito e a elevação das taxas de juros à escala mundial levaram as economias africanas ao estágio de sobre-endividamento. Logo, a dívida externa dos países africanos chegou a níveis exorbitantes e, em alguns casos, chegou a representar mais de 90% dos ganhos de exportação do países.

Para Clapham (1996), a origem da dívida externa africana se dá, inicialmente, com os lucros ganhos com o alto preço do petróleo em 1973, o qual é investido em bancos e instituições ocidentais. Tendo essas instituições recursos financeiros suficientes, iniciam-se os empréstimos em massa, e em condições favoráveis, para os Estados africanos, que começam a tomar emprestado aquilo que não mais poderiam ganhar depois do fim da elevação do preço do petróleo. Tais fatos e a elevação das taxas de juros levaram aos enormes níveis de dívida comentados anteriormente.

Além disso, há a queda do preço das commodities, tornando ainda mais vulnerável a situação em um continente cuja dependência em relação a esses produtos era gritante. Na África, a média per capita de declínio de produto nacional bruto foi de 0,8% ao ano entre 1980 e 1992, e a média de produção de comida per capita no mesmo período decaiu significativamente (CLAPHAM, 1996).

A parte dos produtos primários no comércio mundial desceu cerca de 50% em 1950 a menos de 20% no final dos anos 1990: as exportações africanas, que representavam 2,4% das exportações mundiais em 1970, caíram por seu turno para 1% em 2000, constituindo o preço do petróleo, por si só, 40% deste valor. [...] A ajuda pública ao desenvolvimento, que tomara o lugar dos empréstimos exteriores, não cessou de declinar (M'BOKOLO, 2011, p.560).

Ao mesmo tempo, os retornos de investimento no continente caíram de 30,7% em 1960 para 2,5% em 1980 (CLAPHAM, 1996).

Assim, frente ao cenário de enormes perdas econômicas e grande endividamento no continente africano, além da concomitante derrocada do bloco socialista na Guerra Fria, emerge

o debate acerca dos Programas de Ajustes Estruturais (PAE). Segundo Clapham (1996), os PAEs são um intercâmbio, no qual as instituições internacionais – fundamentalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – proveem empréstimos aos países endividados em troca da concordância de estes Estados seguirem as políticas, principalmente macroeconômicas, indicadas pelas instituições. As principais medidas recomendadas eram a desvalorização da moeda nacional, a venda de atividades econômicas controladas por empresas estatais e/ou nacionais para empresas privadas estrangeiras e para o setor privado, a mudança dos preços que, até então, eram estabelecidos pelo Estado e a manutenção da estabilidade econômica - o que, em última instância, era exigir austeridade por parte do Estado, cortar gastos e reduzir o tamanho da burocracia.

As consequências dos PAEs para as economias africanas foram desastrosas. A derrocada da União Soviética terminou com a possibilidade de contra-pesos à política liberal-capitalista dos Estados Unidos e tirou grande parte da importância estratégica do continente africano à medida em que não mais haviam as disputas por zonas de influência. Assim, as políticas liberalizantes estimuladas pelas potências capitalistas arrasaram as já frágeis estruturas dos Estados africanos. Há o desmonte considerável daquelas economias que tinham setores nacionalizados e, para os Estados “menores”, há o que Visentini, Ribeiro e Pereira (2013) chamam de colapso, principalmente em referência aos pequenos Estados do Golfo da Guiné.

A desestruturação dos Estados, a redução dos já paupérrimos gastos em demandas sociais e a diminuição do tamanho das instituições promovidas pelos PAEs levaram não apenas ao caos econômico dos Estados africanos, mas também ao colapso político e securitário de muitos deles: há a emergência de uma série de guerras civis e conflitos internos, com destaque para as “guerras dos diamantes de sangue”, o alastramento da pobreza, a megaurbanização caótica e o reaparecimento de doenças epidêmicas como a cólera (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). Além disso, Clapham (1996) afirma que os PAEs foram mais uma medida de perda de soberania dos Estados africanos, pois estes perderam parte importante do processo decisório sobre suas economias.

O liberalismo também hegemonizou as agendas de tratados comerciais, principalmente no que tange às relações África-União Europeia. Em 2000, os acordos de Cotonou substituem as convenções de Lomé (I, II e III). Estas, assinadas ao longo da segunda metade do século XX, de maneira nenhuma eram favoráveis ao continente africano, pois estabeleciam que a seus Estados cabia o papel de exportadores de matérias-primas para a Europa, e à Europa cabia o papel de exportadora de manufaturas. Entretanto, Lomé previa, dentro da lógica do GATT, a cláusula da Nação Mais Favorecida, segundo a qual a lógica de comércio África-Europa deveria



ser não-simétrica, pois compreendia a que há uma relação baseada nas dinâmicas de centro-periferia. Assim, cerca de 90% dos produtos exportados pelos africanos para o continente europeu eram livres de tarifas e impostos, enquanto os europeus pagavam taxas para os Estados da África. Os acordos de Cotonou, por sua vez, terminam com tal relação e, enquanto reflexo da hegemonia neoliberal, acabam com qualquer contrapartida que o continente africano recebia, tiram a perspectiva centro-periferia da negociação comercial e representam a falência de qualquer tentativa de relação efetivamente simétrica entre os dois lados (TAYLOR, 2010b).

No mesmo sentido, o estabelecimento e fortalecimento da Política Agrícola Comum (CAP, na sigla em inglês) europeia também vem a fortalecer as relações assimétricas entre o continente africano e a Europa: a CAP prevê subsídios e garante incentivos de produção com o objetivo de melhorar a produtividade dos agricultores europeus. Esse processo não só fez com que, já nos anos 1980, a Europa fosse autossuficiente em produção agrícola, mas também fez com que, na década de 2000, os lucros de muitos agricultores no continente fossem extraordinários (TAYLOR, 2010b). Assim, a CAP traz sérios problemas para a produção agrícola africana: não apenas os produtos africanos perdem na concorrência com os produtos europeus, como também os preços de concorrência de mercado são muito mais baixos que aqueles requeridos para as relações trabalhistas e de produção no continente africano. A consequência é uma África cuja especialização é em produtos primários e que, em última instância, tem preços não-concorrenciais.

Nota-se, portanto, que a inserção internacional econômica africana fez com que muitos Estados nascessem com uma série de problemas econômicos: desde a manutenção de grande parte da economia na mão de empresas transnacionais estrangeiras até a posição dos Estados na divisão internacional do trabalho, o que faz com que os Estados restrinjam suas dinâmicas econômicas a um ou poucos produtos primários. Há de se destacar que os preços dos produtos primários sofrem flutuações – fato que é extremamente nocivo para os países dependentes deles, afinal toda a economia está conectada a isso. Ademais, destaca-se também o que muitos autores chamam de “paradoxo da abundância”: quando a riqueza natural abundante – especificamente de um recurso e, no caso africano, geralmente o petróleo – pode trazer problemas à medida que há a concentração de recursos e investimentos em um único setor. Assim, muitos setores e, principalmente, a indústria são negligenciados. Como será tratado mais adiante no segundo capítulo, o paradoxo da abundância tem grandes relações com a chamada Doença Holandesa<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Segundo Taylor (2010b, p.137), a Doença Holandesa “um processo no qual um país experimenta um boom de commodities de exportação, que é seguido pela diminuição na exportação de manufaturas, enquanto os formuladores de políticas passam a ignorar outros setores da economia, levando a uma maior inflação e

Como se verá no capítulo seguinte, a África passa por mudanças estruturais a partir do início do século XXI, e hoje o continente africano é diametralmente diferente, em termos econômicos e de desenvolvimento, do que fora até o fim dos anos 1990. Entretanto, a África inicia os anos 2000 dentro da lógica que Immanuel Wallerstein chamou de assimilação periférica: quando a integração da África na economia-mundo se dá de maneira mais complexa que a simples integração, e quando os laços de dependência são mais profundos (WALLERSTEIN, 2010). O fim do século XX foi a materialização daquilo que Amin (1976) chamou de “processo de desenvolvimento desigual”, quando há o processo de expansão mundial do capitalismo, mas este não é, para todos os Estados, um processo de desenvolvimento, mas sim um processo de destruição para os espaços periféricos. Para o autor egípcio, os efeitos da expansão capitalista têm consequências inversas no centro e na periferia do globo; para Amin, o principal instrumento deste processo é a transferência do excedente da periferia para o centro a partir do intercâmbio desigual. A África é, provavelmente, o melhor exemplo de tal processo.

Em última instância, a África adentra na primeira década do século XXI com uma série de debilidades naquilo que Silva (2015) chama de capacidade estatal. O autor retoma a obra de Charles Tilly (2007) ao dizer que o termo se refere à capacidade efetiva de penetrar na sociedade e alterar a distribuição de recursos, atividades e conexões interpessoais; ou seja, é a capacidade do Estado de conseguir implementar suas políticas de maneira efetiva (SILVA, 2015, p.80). Ademais, “[...] a capacidade estatal pode ser desmembrada analiticamente de acordo com os meios à disposição do Estado para articular a acumulação e concentração de coerção (esfera coercitiva), de capital (esfera extrativa e produtiva) e da legitimidade (obediência, identidade e benefícios) (SILVA, 2015, p.81). No caso africano, a capacidade estatal é, fundamentalmente, a capacidade do Estado de criar e prover instituições que tenham capilaridade em todo o espaço territorial e garantir a infraestrutura – física e institucional – para tal, com o objetivo de criação de emprego e renda para a população; assim, a capacidade estatal é a manutenção efetiva da soberania e a garantia de cidadania para as sociedades africanas. Como foi visto durante o capítulo, a formação dos Estados africanos trouxe uma série de debilidades políticas,

---

desemprego”. Já segundo Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro (2015?, p. 3), “A doença holandesa é a crônica sobre-apreciação da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja produção e exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada que a taxa de câmbio que torna competitivas internacionalmente as demais empresas de bens comercializáveis. [...] trata-se de um fenômeno que cria obstáculos à industrialização [...] [e] gera externalidades negativas nos outros setores de bens e serviços comercializáveis da economia, impedindo esses setores de se desenvolverem.

securitárias e econômicas para o continente africano contemporâneo, e a disfunção em termos de capacidades estatais para a África foi uma das mais principais e graves consequências.

O objetivo do presente capítulo, de maneira nenhuma, foi apresentar a realidade africana de maneira pessimista ou descrente na possibilidade de desenvolvimento do continente. Buscou-se apenas elucidar a natureza do Estado da África e, a partir disso, entender por que a bibliografia tradicional não menciona os Estados africanos enquanto potências regionais dos séculos XX e XXI. Feita a descrição das estruturas estatais africanas, torna-se possível entender o porquê de as potências regionais africanas não poderem ser equiparadas a Estados como Brasil, Índia ou China. A formação do Estado africano no século XX trouxe uma série de debilidades, fraquezas e vulnerabilidades para a África. O século XXI e o chamado renascimento africano, entretanto, viriam a mudar radicalmente tal realidade.

### 3. ANGOLA E NIGÉRIA: POTÊNCIAS REGIONAIS AFRICANAS? 2000 – 2015

No presente capítulo, busca-se apresentar os principais aspectos e características de Angola e Nigéria que os fazem com que, contemporaneamente, se debata sobre o status de potência regional no continente africano para os dois Estados. Para tal objetivo, são selecionados indicadores de ordem econômica, militar e política, e é feita uma breve análise acerca da política externa dos dois países.

#### 3.1 Angola: entre o fortalecimento econômico e a integração regional

Angola é o sexto país africano em termos de território e possui cerca de 20 milhões de habitantes. O Estado é uma república presidencialista, dirigida por José Eduardo dos Santos desde 1979. Seu produto interno bruto é de cerca de 175 bilhões de dólares, e a atual Constituição regente no país foi aprovada em 2010. Em 2002, após a morte em combate de Jonas Savimbi, encerrava-se a Guerra Civil Angolana, uma das mais longas que o continente africano vivenciou. A guerra, iniciada em 1975, foi precedida por uma guerra de libertação nacional de cerca de 15 anos – ainda que esta não tenha sido tão intensa – e opôs três grupos: a Frente Nacional de Libertação Angolana (FNLA), a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e o vencedor, Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)<sup>9</sup>. O conflito, que contou não apenas com atores angolanos, mas também africanos e extrarregionais<sup>10</sup>, foi responsável pela degradação quase total dos serviços básicos de infraestrutura do país: houve a destruição de hospitais e escolas, deterioração do saneamento básico e o desmantelamento dos sistemas infraestruturais de locomoção e conexão do país, como rodovias e estruturas de info-comunicação.

Em 2002, Angola sai do cenário de guerra com o país parcialmente destruído e com uma série de fragilidades, vulnerabilidades e gargalos para o seu desenvolvimento. Além disso, o país emerge com uma série de problemas econômicos e sociais estruturais, como a ausência de

---

<sup>9</sup> O MPLA foi formado no ano de 1956, a partir da junção do Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) e do Partido Comunista Angolano (PCA). Seu principal idealizador foi Lucio Lara, até então membro do PCA. Inicialmente liderado por Mario de Andrade, o MPLA foi o primeiro partido angolano a ser considerado de massas. Em 1962, Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola independente, é eleito presidente do MPLA. Do início da década de 1960 até a independência de Angola, o MPLA lutou pela libertação nacional da metrópole, Portugal (SOMMERVILLE, 1989). Apesar de o caráter reivindicatório já se aproximar do socialismo durante a guerra de libertação nacional, a adoção oficial do socialismo científico e do marxismo-leninismo só viria depois, no Primeiro Congresso do Partido, em 1977, quando o partido declara-se de vanguarda (SILVA, 2015). Durante as décadas de 1970 e 1980, o MPLA optou por uma administração socialista, na qual pautas como a reforma agrária foram privilegiadas. Cabe destacar, entretanto, que houve diferenças entre os modelos adotados por Agostinho Neto e por José Eduardo dos Santos. No final da década de 1980, a ideologia marxista-leninista é abandonada pelo partido, como se verá adiante.

<sup>10</sup> Estiveram diretamente envolvidos na guerra civil angolana países como África do Sul, Namíbia (colônia sul-africana até o fim da década de 1980) e Cuba. Também tiveram envolvimento significativo no conflito República Democrática do Congo, União Soviética, Estados Unidos e China.

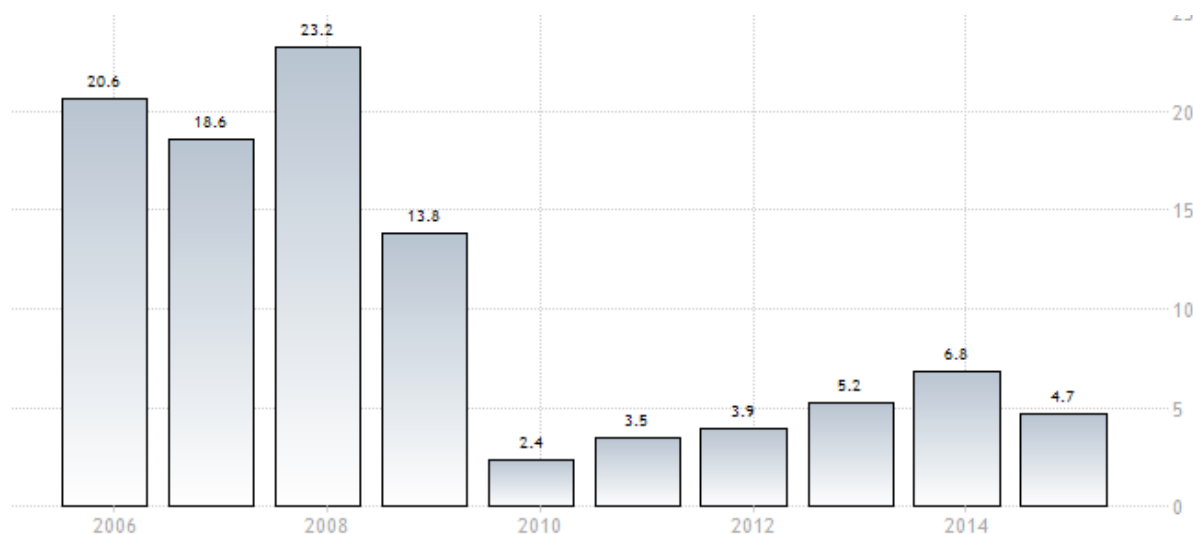
mão de obra qualificada e profissionalizada e a ausência de um sistema industrial consolidado. Entretanto, o período entre os anos de 2002 e 2015 foi palco de uma profunda reestruturação política, econômica e social no Estado e na sociedade angolanas. Frente a isso, iniciou-se uma discussão em relação a se o país ascendeu ou estaria ascendendo ao status de potência regional, se seria uma potência regional emergente ou, como se trata no presente trabalho, uma potência regional africana.

### 3.1.1 Angola: dados gerais (2002-2015)

De acordo com Pegado (2014), a aprovação, em maio de 1989, da Revisão Parcial da Lei Constitucional foi o principal instrumento que viria a estabelecer em Angola o Estado democrático de direito e a consolidação de uma economia de mercado de fato. Antes disso, em dezembro de 1985, no II Congresso do MPLA, já fora decidida a descentralização da economia angolana, a abdicação por parte do Estado sobre o controle das terras agrícolas e a priorização de novas políticas de atração de investimentos estrangeiros – fatos que marcaram a viragem ideológica do partido (PEGADO, 2014).

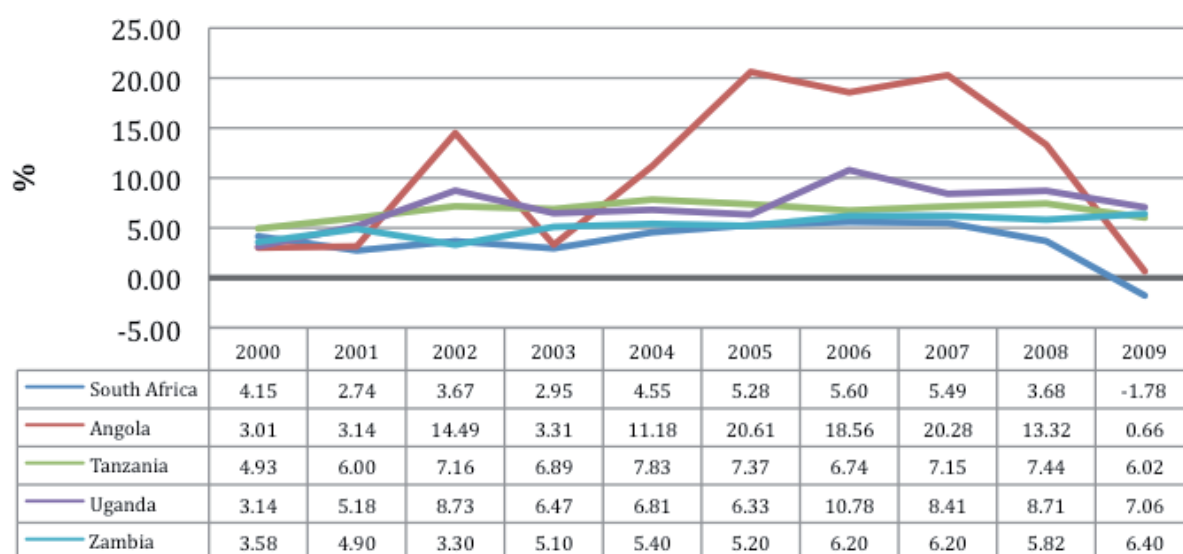
Desde 2002, com a estabilidade política, a economia angolana vivencia um boom. O PIB angolano apresentou, entre os anos de 2003 e 2011, alguns dos maiores níveis mundiais de crescimento: a taxa de crescimento real do PIB angolano, ajustado pela inflação, teve a média de 8,81% entre 2003-2013 (INDEXMUNDI, 2015b). Apesar da enorme concentração da economia angolana no setor petrolífero, como será tratado adiante, a média de crescimento dos setores não petrolíferos em Angola foi ainda superior: cresceu a taxas reais de 12% somente entre 2007 e 2012 (ANGOLA, 2012). Em 2008, o crescimento nominal do PIB chegou a cerca de 23%, maior taxa global do ano (GAIO, 2012). Conforme se vê na figura 1, a média do crescimento nominal do PIB angolano entre 2006 e 2015 ficou na casa de 12,7%. Como mostra a figura 2, o crescimento real do PIB angolano destaca-se quando comparado com demais países da África Austral que também tiveram elevado crescimento no período, principalmente a partir de 2003. A queda no crescimento real da economia angolana a partir de 2009 relaciona-se com a crise internacional de 2008, e a queda nos preços do petróleo, a partir de 2010, viriam a confirmar a tendência.

Figura 1: Crescimento Nominal do PIB de Angola (%)



FONTE: INDEXMUNDI, 2015b

Figura 2: Crescimento do PIB (%) real de países da África Austral



Fonte: Silva, 2013

Concomitantemente, o fluxo de Investimento Externo Direto (IED) no país também aumenta significativamente. Desde o fim da Guerra Civil, o fluxo de IED aumentou exponencialmente e diversificou-se em termos de país de origem com a entrada com mais força de novos atores como França, Espanha, Alemanha e Itália (CISSE, 2015). As exportações angolanas – grandemente superiores às importações – também tiveram seu valor exponencialmente alterado, saltando de 7 bilhões de dólares em 2002 para 70 bilhões de dólares em 2013 (INDEXMUNDI, 2015a). Conseqüentemente, as reservas em moeda estrangeira

também tiveram um aumento considerável durante o período debatido, subindo de 800 milhões de dólares, em 2004, para 37, 94 bilhões de dólares, em 2013 (INDEXMUNDI, 2015c). Em 2011, a inflação alcançou o patamar mais baixo da história de Angola independente, ao redor dos 11% (ANGOLA, 2012); durante grande parte do século XX, a inflação alcançava taxas anuais de 100%. Uma das principais consequências deste processo de crescimento foi a significativa diminuição do índice de pobreza extrema angolana no período, a qual decresceu de 68% (2000) para 30% em 2009 (MUZIMA; MENDY, 2015).

Em 2009, o governo angolano lançou um novo projeto de reestruturação do ensino superior público, que, até 2012, já havia capitaneado a abertura de 6 universidades públicas e 22 privadas, todas sobre a tutela do Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia – fato que aumentou consideravelmente o número de cidadãos angolanos graduados (PEGADO, 2014). Além disso, no período, há a consolidação de universidades como a antiga Universidade de Luanda – atual Universidade Agostinho Neto –, a Universidade Católica de Angola e a Universidade Técnica de Angola como instituições de prestígio no continente africano. Os níveis de desemprego, apesar de manterem-se elevados, na faixa dos 25%, tem se mantido em queda desde 2002; em 2006, o percentual era de 36. Segundo estatísticas oficiais do governo angolano, entre 2008 e 2011, cerca de 700 mil postos de trabalho foram criados no Estado angolano (O PAÍS, 2015). Ao mesmo tempo, os investimentos em infraestrutura têm crescido, ainda que de forma lenta. O setor de construção é majoritariamente capitaneado pela construção de imóveis, principalmente residenciais. A taxa de crescimento do setor é de cerca de 12% ao ano.

Nos últimos anos, o governo angolano publicou três principais documentos que expressam seu projeto de desenvolvimento estratégico de longo prazo: “Agenda Angola 2025”, o “Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017” e o “Programa de Governo 2012-2017”. Nestas três legislações, fica claro o ímpeto desenvolvimentista do governo angolano. Os principais pontos destacados são a urgência da preservação da coesão e da unidade nacional; a garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, como a) promoção do crescimento econômico; b) aumento do emprego; c) diversificação econômica; fortalecimento das Forças Armadas; inserção competitiva angolana no comércio internacional, entre outros.

### 3.1.2 Angola: recursos naturais e indústria do petróleo

Angola é um país rico em termos de recursos naturais. O país concentra grandes reservas de gás natural, diamantes – é o quinto maior produtor mundial – ouro, fosfato, ferro, bauxita, urânio, entre outros recursos minerais (PEGADO, 2014). Além disso, é o 16º país com maior

quantidade de terras agriculturáveis em termos mundiais, ainda que apenas 3% estejam cultivadas. Ainda, Angola possui 16% dos recursos mundiais de água potável.

O recurso natural, entretanto, que destaca o Estado angolano é o petróleo. Angola tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo, com cerca de 12 bilhões de barris de petróleo como reservas comprovadas (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a), e é o segundo maior produtor de petróleo da África subsaariana, estando atrás apenas de Nigéria; durante a primeira década do século XXI, todavia, a produção petrolífera angolana algumas vezes superou a produção nigeriana.

Entre 2002 e 2008, Angola viveu o maior boom de produção petrolífera de sua história, crescendo em uma média de 15% (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a). Grande parte disso se deu em função das descobertas de petróleo em águas profundas em 1996, no campo de Girassol. Em 2014, Angola alcançou a meta histórica de produção de 1,75 milhões de barris de petróleo por dia, e a projeção para 2020 é de 3,3 milhões de barris diários (OLIVEIRA, 2007a). Ao mesmo tempo, as exportações de petróleo também cresceram em proporção semelhante: em 2013, o país chegou a exportar mais de 430 milhões de barris de petróleo por dia (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a). Os principais importadores de petróleo de Angola são Estados Unidos e China, a qual superou os EUA em 2009 como principal comprador de petróleo angolano e, em 2014, já era responsável pela absorção de 45% das exportações de petróleo do país. Em 2007, Angola tornou-se membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Atualmente, a maior parte das reservas de petróleo provadas encontram-se na Bacia do Congo, na Bacia do Kwanza e na inexplorada Bacia Namibe, mas historicamente a região de Cabinda foi a que mais forneceu petróleo para a produção do país.

A primeira prospecção de petróleo em Angola se deu em 1910, na Bacia do Congo e na Bacia do Kwanza. Seria, entretanto, apenas em 1915 que o primeiro poço para exploração comercial seria descoberto, na Bacia do Kwanza, pela empresa belga Petrofina (ALMEIDA, 2009). Em 1962, a Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), que posteriormente seria incorporada pela Chevron, perfurou os primeiros poços offshore na região de Cabinda, no chamado poço zero angolano (OLIVEIRA, 2007a). Em 1973, o petróleo já era o principal produto de exportação angolana, superando os diamantes e o café (ALMEIDA, 2009). No período, uma série de empresas transnacionais ocidentais já operavam no país, como a Texaco, a Petrofina, a supra-citada Chevron, entre diversas outras. Em 1975, com a independência do país e com o domínio do MPLA sobre Luanda e sobre grande parte da administração do país e com a adoção do regime marxista-leninista, há a nacionalização dos recursos naturais e a



regulamentação, confisco e expropriação das empresas estrangeiras transnacionais. Tais atividades passaram a ser política de Estado (FERREIRA, 2005), a partir da Lei das Atividades Petrolíferas de 1987 e das Leis do Investimento Estrangeiro e das Minas de 1979. Com a Lei n.º 5/79 (Lei das Minas) e a Lei n.º 13/78 (Lei das Atividades Petrolíferas), há o estabelecimento de que todos os recursos minerais são de propriedade exclusiva do Estado angolano. Ademais, houve a nacionalização de grande parte das empresas estrangeiras que atuavam no país.

No setor petrolífero, entretanto, a dinâmica foi diferente. Ainda que o petróleo tenha sido estatizado e passou a pertencer ao Estado angolano, grande parte das empresas estrangeiras petrolíferas não foram nacionalizadas ou expropriadas; pelo contrário: continuaram a atuar normalmente em Angola (OLIVEIRA, 2007b; FERREIRA, 2005). A exceção disso foi em relação a grande parte do capital petrolífero português no país: em 1976, a portuguesa SACOR-Petrogal é nacionalizada. A partir da estrutura e de parte considerável dos empregados desta, é fundada, no mesmo ano a Sonangol, empresa estatal angolana de petróleo (OLIVEIRA, 2007b). Nascia, então, a empresa que viria a ser o grande motor da economia angolana até hoje.

Até o fim da guerra civil, o petróleo foi responsável não apenas pela maior parte dos rendimentos do Estado, mas também por fornecer grande parte dos recursos necessários para custear os esforços de guerra do MPLA. Com o fim da guerra e com o processo de democratização, a indústria do petróleo fortificou-se ainda mais, como foi explicado acima. Há uma grande expansão em termos de interesse internacional pela exploração do petróleo angolano em águas profundas e, portanto, há uma grande diversificação dos parceiros e investidores estrangeiros no país: “Angola logo se tornou um polo atrativo para empresas do mundo inteiro como British Petroleum, Royal Dutch/Shell, ExxonMobil, Statoil, Norsk Hydro, Marathon, e, especialmente, as empresas chinesas CNOOC e Sinopec” (OLIVEIRA, 2007b, p.603, tradução nossa); somente entre os anos de 2003 e 2008, cerca de 23 bilhões de dólar formaram o fluxo de Investimento Externo Direto no setor petrolífero angolano (OLIVEIRA, 2007a), e a exportação chegou, em 2012, a cerca de 1,7 milhões de barris por dia (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a).

A Sonangol é a maior empregadora do país e é responsável por cerca de 90% das receitas do Estado angolano. Como todo o petróleo angolano pertence ao Estado, a Sonangol tem participação em grande parte da cadeia de produção. Sua política em relação ao petróleo requer conteúdo nacional na exploração do recurso; assim, Angola busca que 70% de qualquer operação de prospecção, extração, refino e comercialização do petróleo seja feita por empresas nacionais angolana – ainda que isso efetivamente não se cumpra em todos os casos atualmente (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a). Além disso, foi estabelecido por

lei, em 2011, que as empresas transnacionais que operam no setor petrolífero devem usar bancos nacionais para suas transações e devem reservar parte de seus lucros para a abertura de centros de treinamento técnico para a mão-de-obra angolana (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015a).

Diante deste cenário, a Sonangol está presente em grande parte das operações relacionadas ao petróleo no país e, atualmente, é uma empresa de prestígio internacional (OLIVEIRA, 2007b). A empresa possui 17 subsidiárias, sendo as mais importantes: a) Sonangol Pesquisa e Produção, que participa de toda a produção e exploração de petróleo no país; b) Sonaref, que faz operações de refino, principalmente após a modernização da refinaria na cidade de Lobito em 2012; c) Sonangás, que cuida do setor de gás natural. Além disso, as parcerias internacionais da Sonangol têm crescido, e o país já estabelece *joint ventures* com países como China, Cuba, Brasil, Venezuela, Iraque e São Tomé e Príncipe. Ainda, a Sonangol está presente em países como Estados Unidos, Portugal, República Democrática do Congo e Cabo Verde (OLIVEIRA, 2007b), estabelecendo-se como uma verdadeira empresa transnacional de grande porte.

O grande potencial e diferencial que a Sonangol tem mostrado relaciona-se com o seu padrão de relacionamento com empresas transnacionais. Desde o período da guerra civil, a empresa desenvolveu um padrão de política que é chamado por Manuel Ennes Ferreira (2005) e reafirmado por Ricardo Soares de Oliveira (2007b) de *realpolitik* e *realeconomie*: ainda que sob direção de um governo socialista, a Sonangol e a indústria do petróleo angolano a) nunca de fato nacionalizaram ou expulsaram empresas petrolíferas ocidentais<sup>11</sup>; b) nunca restringiram sua cooperação internacional no setor ao bloco socialista. Com o fim da Guerra Fria, a *realpolitik* e a *realeconomie* do setor petrolífero angolano e, principalmente, da Sonangol ganharam ainda mais força: com a expansão dos parceiros internacionais, a empresa e o setor passaram a jogar e a barganhar entre eles, principalmente depois da entrada com mais força das atividades econômicas da China, da Índia e do Brasil no país (FERREIRA, 2005).

No ano de 2009, Angola estabeleceu-se como o principal parceiro econômico chinês no continente africano, e, contemporaneamente, a China já se estabeleceu como o principal comprador de petróleo de Angola. Neste contexto, as relações internacionais de Angola passaram a conceder-se em outra base, pois não apenas o principal parceiro econômico

---

<sup>11</sup> Na segunda metade da década de 1970, uma série de empresas estadunidenses atuavam no país a contragosto da política externa estadunidense, que não reconhecia o governo do MPLA como legítimo e financiou, em diversos períodos, a UNITA. O reconhecimento do governo do MPLA como administração legítima de Angola por parte dos Estados Unidos, no início da década de 1990, se deu, em grande parte, em função da pressão de empresas petrolíferas estadunidenses.

internacional do país estabelece um padrão de relação diferenciado com o país – como se verá mais adiante –, como também o Ocidente passa a encarar a presença chinesa no país como uma concorrência e uma ameaça. Aumenta, portanto, o grau de assertividade angolano e sua capacidade de barganha. Oliveira (2007b) chama tal política de “pragmática e racional”, em oposição à estrutura econômica burocrática e ineficiente que descreve como a do MPLA. Mais que isso, entretanto, Ferreira (2005) afirma que, a partir dos anos 2000, o petróleo passou a ser a principal arma e o principal instrumento de política externa angolana.

Em conjugação a isso, dá-se o que Oliveira chama de (2007b) modelo de *angolinização* do setor petrolífero angolano. Com as já mencionadas políticas de exigência de 70% da prospecção, extração, produção e refino de petróleo deter conteúdo nacional, a Sonangol estabelece *joint-ventures* com as principais empresas transnacionais atuantes no país. Além disso, com o estabelecimento de centro de formação técnica supracitados, há a profissionalização da mão-de-obra mais bem qualificada em Angola. A transferência de tecnologia também passa a ser um fator chave, principalmente no que tange às relações da Sonangol com a Petrobrás, CNOOC e Sinopec. Com isto, o chamado modelo de angolinização logrou estabelecer na Sonangol a âncora da economia angolana, concentrando nela os principais recursos humanos, de capital e tecnológicos do país.

### 3.1.3 As Forças Armadas Angolanas

Desde o fim da batalha de Cuito Cuanavale<sup>12</sup>, em 1988, as Forças Armadas angolanas são consideradas uma das mais poderosas do continente africano; a partir de então, estas passaram por uma profunda transformação. Primeiramente, há a incorporação às Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) da Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA, da UNITA) e do Exército Nacional de Libertação de Angola (ELNA, do FNLA). Segundo Pegado (2014, p. 164), “cada uma das partes deveria fornecer 20.000 homens (15.000 soldados, 3.000 sargentos e 2.000 oficiais). Quanto aos efetivos para a Força Aérea e a Marinha, estes provinham das FAPLA, uma vez que as FALA não possuíam tais unidades.”

Durante os anos 1990, Angola passou a beneficiar-se de treinamento de empresas militares privadas sul-africanas e passou a receber um pesado carregamento dos países do

---

<sup>12</sup> A batalha de Cuito Cuanavale, entre 1987 e 1988, foi uma das mais importantes da história da África contemporânea e a mais longa batalha da guerra civil angolana. Esta ocorreu na localidade de Cuito Cuanavale, na província angolana de Cuando Cubango, e opôs forças da UNITA e da África do Sul contra tropas cubanas e das FAPLA. A vitória dos últimos foi um fator decisivo para a posterior derrocada do regime segregacionista do *apartheid* e para a assinatura dos acordos tripartite, em dezembro de 1988, entre Angola, África do Sul e Cuba, que garantiram a independência da Namíbia.

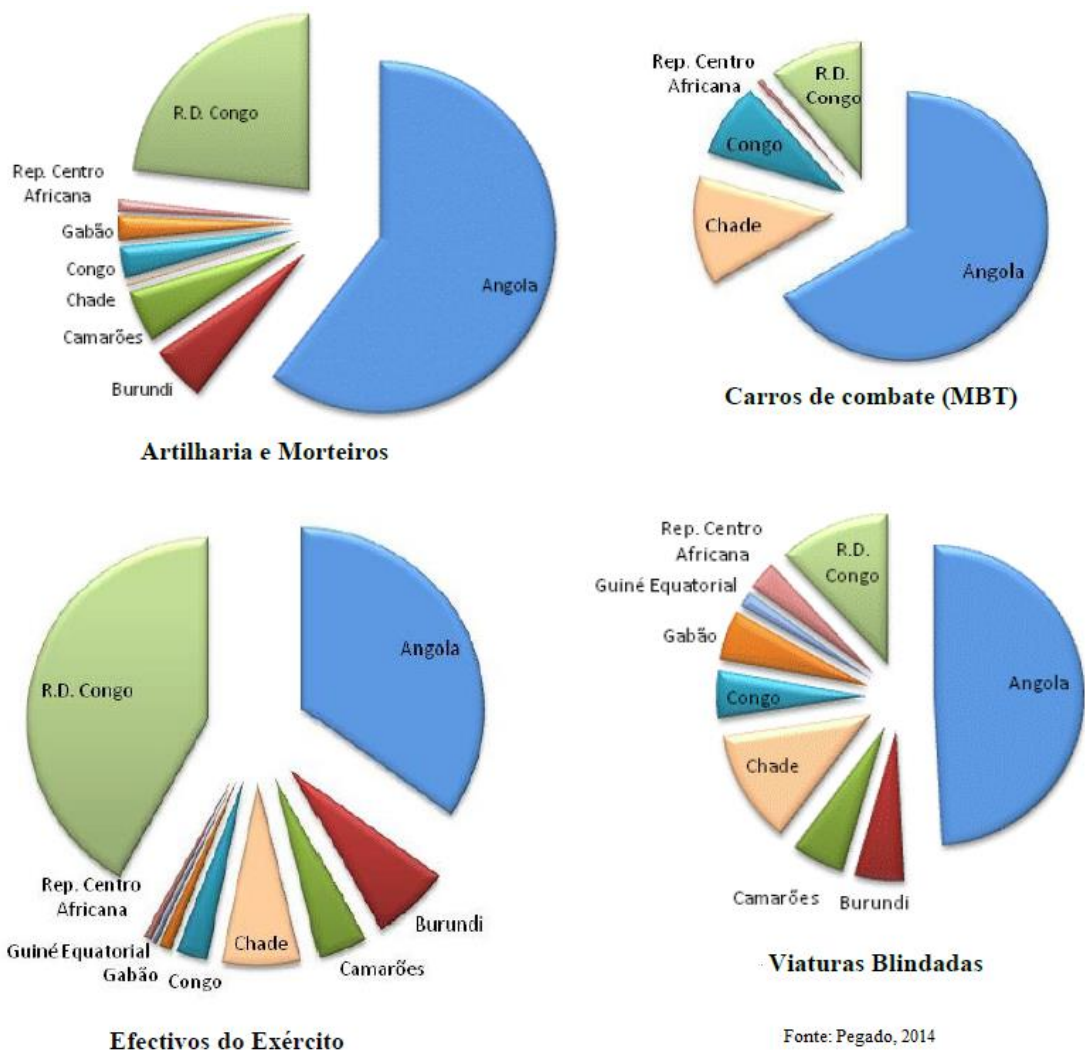
findado Pacto de Varsóvia, em uma proporção ainda maior que durante o período da Guerra Fria. Entre 1998 e 2000, o Estado adquiriu dos ex-membros do Pacto 320 blindados pesados de combate (*Main Battle Tank*, MBT na sigla em inglês), 160 blindados armados leves para combate (*Armoured Infantry Fighting Vehicles*, AIFVs, na sigla em inglês), mais de cem peças de artilharia, 46 veículos lançadores de foguetes múltiplos, alguns aviões Sukhoi Su-22 Fitter e alguns helicópteros Mi-24 Hind (SILVA, 2013, p.31).

Por sua vez, os anos 2000 têm sido palco de uma grande modernização das Forças Armadas angolanas. Atualmente, Angola têm em suas Forças Armadas a segunda maior quantidade de efetivos absoluta e maior quantidade de efetivos por população da África Subsaariana (SILVA, 2013). Em função da longa guerra civil, as Forças Armadas angolanas têm experiência tanto em combates regulares como em combates irregulares (SILVA, 2013), conformando-se como uma das Forças Armadas mais experientes do continente, conjuntamente com as da África do Sul. Na última década, os gastos militares angolanos cresceram exponencialmente; com isso, o gasto / PIB e absoluto com assuntos militares de Angola superou o da África do Sul e é um dos maiores do continente frequentemente. Em 2006, o Estado gastou cerca de 8% do seu PIB com despesas militares, e as despesas militares absolutas de Angola somam mais que o dobro das despesas militares de todos os outros Estados da África Austral combinados - com a exclusão da África do Sul - e, em 2010, sozinhas já representavam 42% das despesas militares da região (SILVA, 2013). Ademais, muitos dos recentes investimentos têm vindo no sentido de aumentar a produção científica nas áreas de segurança e defesa e de atrelar a investigação militar com o desenvolvimento de uma comunidade nacional e integrada (PEGADO, 2014). A principal materialização disto é a criação da Escola Superior de Guerra angolana.

A força angolana que sempre foi relativamente minimizada é a Marinha. Como a doutrina das Forças Armadas destinou-se, até os anos 2000, ao combate à UNITA e esta não logrou desenvolver uma marinha de guerra, a Marinha angolana recebeu relativamente menos recursos (PEGADO, 2014). Em 2012, iniciou um programa de duração de dez anos que visa à reedificação e modernização da marinha angolana, no qual está prevista a formação de quadros e reequipamento de meios técnicos e científicos; ademais, está sendo criado o Instituto Superior Naval de Guerra e estão sendo estabelecidos centros regionais para processamento de dados em cidades costeiras como Luanda, Cabinda, Lobito, Namibe e Soyo (PEGADO, 2014, p.169). Além disso, a Marinha angolana estabeleceu, em 2004, uma cooperação naval com a Marinha da Namíbia e, no mesmo período, aumentou a cooperação com empresas militares privadas dos Estados Unidos para o treinamento e preparação da Marinha angolana (SILVA, 2013).

Em termos de inventário, as Forças Armadas angolanas também aumentaram seu perfil. No exército, o país conta com cerca de 300 MBT, 920 veículos blindados, 1400 veículos de artilharia, 500 instrumentos anti-tanque e 900 de defesa aérea. A Força aérea angolana também se destaca em termos de continente africano: hoje, o país tem diversas e modernas aeronaves de combate aéreo e de ataque e possui entre 8 e 14 jatos de combate Sukhoi Su-27 Flanker, com considerável capacidade de alcance (SILVA, 2013, p.31). A marinha, frente aos problemas mencionados acima, conta com cerca de 150 aeronaves, e 12 tipos de SAM. A figura 3, elaborada por Pegado (2014), mostram a comparação de aspectos importantes do inventário angolano em comparação com outros países africanos com recursos militares relevantes. A exclusão da África do Sul na comparação se dá por trata-se de um país cujas Forças Armadas têm inventário e capacidades tecnológicas superiores aos demais Estados africanos. Feita a exclusão, entretanto, nota-se que as Forças Armadas angolanas têm destaque nos itens analisados dentro da África.

Figura 3: Inventário comparado - África Subsaariana



Nota-se que, com o fim da Guerra Fria, as Forças Armadas passaram a pretender-se instrumento não apenas de segurança e defesa nacional, mas também de integração nacional. Há o estabelecimento de Forças Armadas efetivamente conscritas, que passam a ser factualmente profissionais. Mais que isso: o estabelecimento de forças conscritas profissionais dá-se a partir do estabelecimento de maior organização, comando e controle sobre as Forças Armadas, de uma maior disciplina intra e entre-forças, uma melhora nas condições de vida dos soldados e um aumento no nível de letrados entre os militares (SILVA, 2013). Além disso, há a mudança na doutrina das Forças, com a implementação de um perfil de força que combina mobilidade e capacidades regulares, a partir da criação de Grupos Operacionais de Manobra (SILVA, 2015).

### 3.1.5 Angola: relações internacionais

Não pretende-se aqui discutir longamente as relações internacionais angolanas; pretende-se, apenas, pontuar a existência de novos padrões de relação nestas. Desde o fim da guerra civil, Angola aumentou seu perfil de atuação internacional. Grande parte disto se dá em função da já mencionada capacidade de barganha e da utilização do petróleo como “arma diplomática e fator de afirmação”, nas palavras de Beny (2007). Hoje, os principais parceiros econômicos de Angola são China, Estados Unidos, União Europeia<sup>13</sup>, África do Sul e Brasil (KIALA; NGWEYA, 2011). Nota-se, assim, que há considerável declínio dos países do ex-bloco soviético, antes responsável por grande parte dos investimentos e comércio internacional angolanos, frente à ascensão da presença de países que antes eram os principais “inimigos internacionais” do regime do MPLA.

O principal fator que diferencia as relações internacionais angolanas hoje, entretanto, é o padrão de relação que o país logrou estabelecer com alguns de seus principais parceiros. A China, hoje principal parceira econômica internacional de Angola, já representava sozinha mais de 30% do comércio internacional angolano (KIALA; NGWEYA, 2011). A partir de 2002, as relações Angola-China saíram do aspecto securitário, de segurança e defesa, e passaram a ter uma ênfase mais comercial. Após o estabelecimento do Plano de Ação Addis Abeba (2004-2006) e o encontro do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) de 2006 – encontros que, segundo Taylor (2010a), foram os que estabeleceram as novas bases da política africana da China<sup>14</sup> –, as relações ampliaram-se consideravelmente: em 2004, já era aberta a primeira linha

---

<sup>13</sup> Considerado o agregado de todos os países da instituição. Considerável destaque tem de ser dado a Portugal e França.

<sup>14</sup> No capítulo 3, tratar-se-á mais especificamente da política africana da China.

de crédito chinesa, garantida pelo petróleo, para a reconstrução e financiamento de infraestrutura da indústria de petróleo angolana, com o valor de cerca de 2 bilhões de dólares; um ano depois, o valor aumentou em 6,5 milhões de dólares.

Em 2006, a Sonangol e a *China National Petroleum Corporation* já estabeleciam sua primeira *joint venture* e, no mesmo ano, a Sinopec já assinava uma parceria com a Sonangol para a revitalização da refinaria de Lobito. Grande parte das relações econômicas Angola-China se dá no âmbito da exploração do petróleo e na construção de infraestrutura; em 2007, o setor de infraestrutura e construção já ocupava o primeiro lugar de destino de Investimento Externo Direto chinês no país. Além disso, em março de 2004, um acordo de cooperação econômica foi assinado entre os dois Estados, envolvendo uma linha de crédito para investimentos em 50 projetos nas áreas de obras públicas, saúde, educação, energia, água e comunicação; há a participação de sete empresas chinesas no processo, e os setores mais importantes são a reconstrução da estrada que liga Luanda a Uíge e a reabilitação do sistema de irrigação das cidades de Caxito, Luena, Gandjelas e Waco Kungo. Desde então, há uma série de novos empréstimos e projetos foram assinados pelos dois países. Um fator importante a ser considerado é que, como grande parte das relações são *oil-backed*, não necessariamente as transações entre os dois Estados ocupam o dólar como moeda.

Nota-se, assim, que o padrão de relação chinês com Angola é relativamente diferente das relações com outras potências extrarregionais; isto se dá fundamentalmente em função do fluxo de investimentos direcionados a setores como construção, comunicação e infraestrutura. Mais que isso: a política de não-intervenção em assuntos políticos internos de parceiros africanos estabelecida pela China (TAYLOR, 2010a) também a diferencia das demais potências ocidentais. Por outro lado, como será tratado no capítulo 4, não necessariamente se trata de uma relação que não segue os padrões tradicionais Norte-Sul.

As relações de Angola com Índia e, principalmente, com Brasil também têm trazido consequências significativas. O padrão de relação do Brasil com Angola constitui-se, fundamentalmente, por três pilares: a atuação de suas empresas, a cooperação técnica e as linhas de crédito. As relações Brasil-Angola<sup>15</sup> cresceram significativamente após 2003, com a eleição do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. A partir de então, empresas brasileiras, estatais e

---

<sup>15</sup> A história das relações Brasil-Angola remontam ao período colonial, quando ambos os países mantinham relações consistentes. Após um longo período de afastamento, o reconhecimento do governo do MPLA em 1975, durante a administração brasileira de Ernesto Geisel, seria um marco nas relações de ambos os países. Após o fim da ditadura militar brasileira, a política africana do Brasil cairia novamente de nível, e as relações com Angola seguem a trajetória. Com a eleição de Lula da Silva, há uma nova ênfase e concepção das relações Brasil-África, e as relações com Angola voltam a ser parte fundamental da política externa brasileira.

privadas, aumentaram sua participação em Angola, como a Petrobrás, a Odebrecht<sup>16</sup>, a Andrade Gutierrez, a Vale, a Queiróz Galvão e a Camargo Correa.

Assim como a China, a ênfase dos investimentos brasileiros em Angola dá-se nos setores de infraestrutura e petróleo. Entretanto, as empresas brasileira, seguindo a política africana estipulada pelo governo, têm padrão de atuação diferenciado: por parte das empresas, é estabelecida a necessidade de empregabilidade de mão de obra local, há a política de transferência de tecnologia e a política de estabelecimento de centros de profissionalização. A cooperação técnica, capitaneada principalmente por agências como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Embrapa e a Fiocruz e coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), é direcionada aos setores de saúde, educação e agricultura. A cooperação técnica é baseada nos chamados Projetos Estruturantes:

[...] esses projetos são concebidos com uma perspectiva de longo prazo e buscam forjar o desenvolvimento social nos países parceiros por meio da implementação de instalações de desenvolvimento da capacidade, que vão desde fazendas experimentais até centros de capacitação profissionalizante. Essas práticas permitem o desenvolvimento sustentado da capacidade da comunidade local em geral, por períodos mais longos e com efeitos duradouros em segmentos socioeconômicos específicos da população.” (BANCO MUNDIAL; IPEA, 2011, p.54).

Os projetos são adaptados para a realidade local e, geralmente, contam com instrumentos de consulta aos atores locais envolvidos. Ainda segundo Banco Mundial e IPEA (2011), existem dois aspectos que diferenciam a cooperação brasileira: o ritmo e a escala. Afinal, para o estabelecimento de projetos concretos e baseado em relações de confiança, é necessário um número não muito grande de projetos e em ritmo lento, para que os objetivos sejam de longo prazo.

Percebe-se, assim, que, na última década, Angola ampliou significativamente seus parceiros e seu grau de relações internacionais. As relações com Brasil e China – dois de seus principais parceiros internacionais – mostram que o país não apenas passou a manter um novo padrão de relação, no qual hoje estabelece relações econômicas, comerciais e políticas que lhe são mais benéficas e menos simétricas, mas também anunciam que há uma maior capacidade de barganha de Angola frente às potências ocidentais. A exigência de um novo padrão de relação hoje é claro. Uma das principais materializações desse processo foi que, em 2005, Angola recusou o pacote de ajuda do FMI de cerca de 2 bilhões de dólares para, no mesmo ano, aceitar o pacote de empréstimos chinês, no mesmo valor; a diferença entre os dois pacotes é que o pacote chinês não exigia medidas de austeridade fiscal como o fazia o FMI.

---

<sup>16</sup> Atualmente, a Odebrecht é a segunda maior empregadora de Angola, atrás apenas da Sonangol (GAIO, 2012).



Em termos continentais e regionais, porém, Angola não tem se mostrado como uma grande liderança. Historicamente, o país atuou regionalmente com objetivos revolucionários e em oposição à ordem regional estabelecida pelo regime segregacionista do *apartheid* na África Austral, lutando pela derrubada deste e pela independência da Namíbia em relação à África do Sul; além disso, foi um dos principais pilares dos Estados da Linha de Frente e da construção da *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC), bem como da transformação desta em *Southern African Development Community* (SADC), e é hoje um dos Estados mais atuantes na Comissão do Golfo da Guiné, além de ter sido uma das principais lideranças no processo de revitalização da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (PENHA, 2011) e de compor a Comunidade dos Estados da África Central (*Communauté Économiques d'États de l'Afrique Centrale* – CEEAC). Hoje, entretanto, conforme pontua Silva (2015), a política externa angolana não parece indicar um interesse em assumir o papel de liderança regional; há, assim, uma política regional declinante, na qual o engajamento regional angolano prioriza a própria estabilidade e sobrevivência (SILVA, 2015, p. 162). Ou seja, a política regional angolana tende a agir apenas quando percebe que existem ameaças à sua segurança interna. Nota-se que grande parte da liderança regional que a política externa angolana tinha durante a Guerra Fria – ou, nas palavras de Silva (2015), a postura revolucionária que buscava subverter a ordem sob hegemonia sul- africana – foi perdida.

Hoje, Angola mantém um baixo perfil não-constructivo em termos de política regional. Mais que isto, entretanto, pode-se dizer que Angola tem um perfil subaproveitado em termos de atuação regional: se comparada às suas grandes capacidades econômicas, militares e políticas, a sua capacidade de liderança e de operação regional – seja na África Austral ou na África Central – ainda é baixa.

### **3.2 Nigéria: entre o crescimento, a instabilidade e a integração regional (2000 - 2015)**

A Nigéria é o país mais populoso do continente africano, oitavo mais populoso do mundo e o décimo quarto mais extenso do continente africano. O país conta hoje com uma população de cerca de 155 milhões de habitantes, divididos em aproximadamente 250 etnias, dentre as quais se destacam os hausas e os fulani, predominantes no norte e que compõem cerca de 29% da população; os yorubás, no sudoeste e que representam cerca de 21% dos nigerianos; e os igbos, predominantes no sudeste e que compõem 18% da população (VISENTINI, 2012). Ademais, a população nigeriana é jovem e tem um grau de crescimento elevado (BARUNGI; OGUNLEYE; ZAMBA, 2015). Em 2014, após a atualização do cálculo, o Estado nigeriano informou que o PIB do país chegou à marca histórica de 509 bilhões de dólares; tal valor supera

o PIB sul-africano e, assim, coloca a Nigéria como o país com o maior produto interno bruto do continente africano<sup>17</sup>.

Até o ano de 1960, a Nigéria foi uma colônia da Inglaterra. Durante a história nigeriana pós-independência, o país foi palco de uma série de instabilidades, que envolveram sucessivos golpes militares e uma guerra civil – a guerra de Biafra (1967-1970), quando a província de Biafra buscou, sem vitória, a emancipação e a separação do resto do Estado. Desde a formação do Estado colonial nigeriano, desigualdades e rivalidades regionais perpassaram toda a história do país. A Nigéria hoje possui um regime presidencialista, encabeçado por Muhammadu Buhari, eleito democraticamente em 2015 pelo partido *All Progressives Congress* (ACP), derrotando o ex-presidente Goodluck Jonathan, do *People's Democratic Party* (PDP). O país hoje é considerado um dos *Next-Eleven*<sup>18</sup>. Assim com Angola, tem-se discutido, contemporaneamente, a posição da Nigéria como uma potência regional africana. Entretanto, como se verá abaixo, a argumentação varia consideravelmente entre os dois países.

### 3.2.1 Nigéria: dados gerais

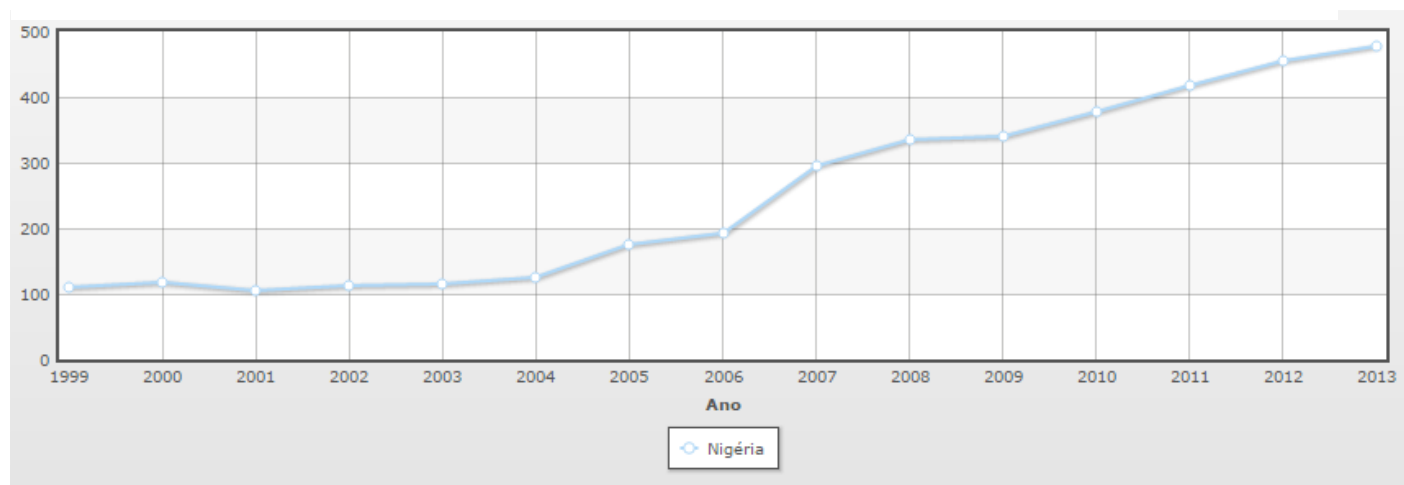
Assim como Angola, a Nigéria viveu, na última década, um *boom* de crescimento. Durante a primeira década dos anos 2000, a média de crescimento do PIB foi de 7% ao ano, uma das mais altas do mundo (BARUNGI; OGUNLEYE; ZAMBA, 2015). Como explicado abaixo, o país também viveu um *boom* petrolífero no mesmo período; entretanto, grande parte do crescimento nigeriano também foi capitaneado por setores não petrolíferos que, na mesma década, contribuíram com mais da metade do percentual de crescimento. Sozinho, o setor de serviços teve um crescimento de 57%, enquanto os setores de manufaturas e agricultura cresceram 9% e 21%, respectivamente (BARUNGI; OGUNLEYE; ZAMBA, 2015). Além disso, se prevê que, nos próximos 40 anos, a Nigéria será o país com a maior taxa de crescimento do mundo, com um dos maiores mercados consumidores do globo e uma classe média crescente, o que facilitou a implementação de um modelo de desenvolvimento baseado na ampliação do consumo nos últimos anos (CRAVO et al., 2014). O plano governamental de desenvolvimento intitulado *Vision 2020* planeja incluir a Nigéria no grupo dos 20 países com as maiores economias do globo.

---

<sup>17</sup> Para a atualização do cálculo, o Estado nigeriano incluiu setores anteriormente não contabilizados, como indústria de telecomunicação, indústria de tecnologia da informação, linhas aéreas e vendas online, entre outros.

<sup>18</sup> Os Next Eleven (ou Próximos Onze, em tradução livre) são o conjunto de 11 países que, segundo relatório do Goldman Sachs, estarão entre as maiores economias do século XXI, junto com os BRICS. São eles: Nigéria, Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, México, Paquistão, Filipinas, Turquia, Coreia do Sul e Vietnã.

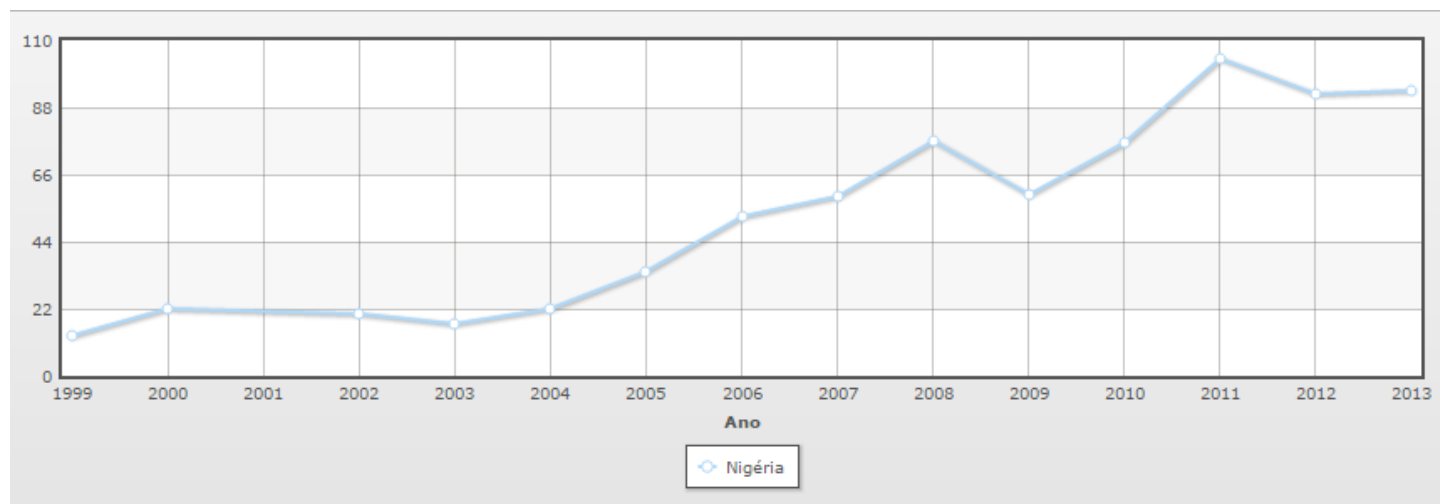
Figura 4: PIB - Nigéria (bilhões de dólares)



Country	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nigéria	110,5	117	105,9	113,5	114,8	125,7	175,5	191,4	296,1	335,4	341,1	377,9	418,7	455,5	478,5

FONTE: INDEXMUNDI, 2015d

Figura 5: Exportações Nigéria (bilhões de dólares)



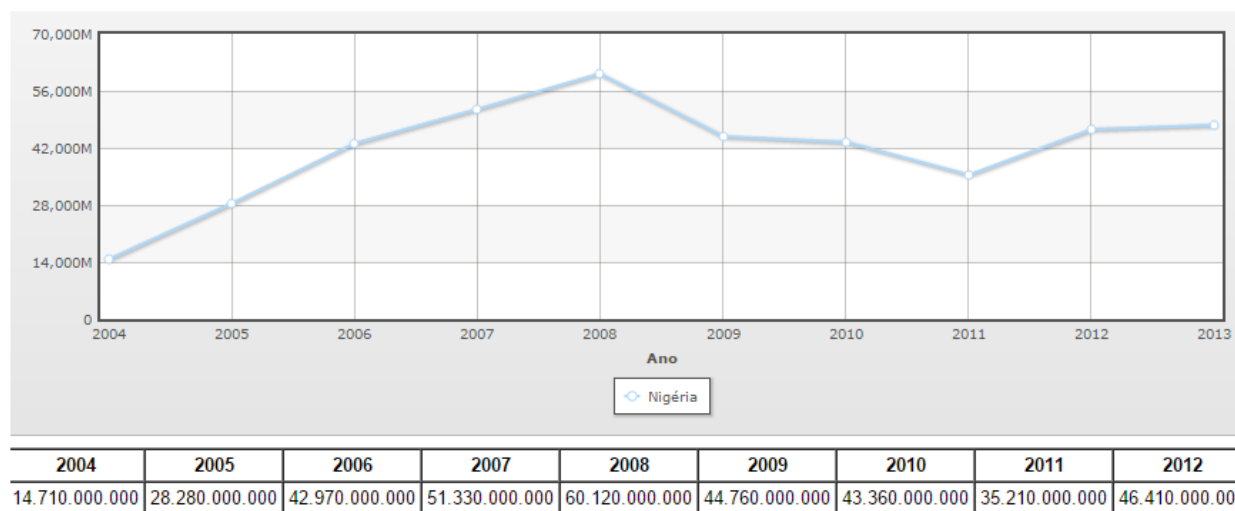
Country	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nigéria	13,1	22,2	20,3	17,3	21,8	33,99	52,16	59,01	76,8	59,32	76,33	103,9	92,16	93,55

FONTE: INDEXMUNDI, 2015d

Conforme mostra a imagem 5, a partir de 2004, o país viveu um *boom* em suas exportações, fundamentalmente ancorado na exportação de petróleo. Como consequência das exportações e do grande superávit do país – de cerca de 107 bilhões de dólares em 2012 (TÉTÉNYI, 2014) – as reservas em moeda internacional também cresceram consideravelmente, conforme mostra a figura 6. O investimento externo direto no país também aumentou: em 2013, já representava o

valor de 5,5 bilhões, sendo 80% deste valor destinado ao setor de petróleo (TÉTÉNYI, 2014). Ao mesmo tempo, entre 1992 e 2005, o desemprego esteve em queda, chegando, em 2005, ao menor valor histórico do país. Ademais, a inflação do país estabilizou-se definitivamente em patamares baixos quando comparados com o agregado histórico: nos últimos 5 anos, a média é de 8% ao ano (BARUNG; OGUNLEYE; ZAMBA, 2015).

Figura 6: Nigéria: reservas em moeda estrangeira e ouro



FONTE: INDEXMUNDI, 2015d

Cabe destacar, também, que a política externa nigeriana passou por mudanças significativas nas duas últimas décadas. A ocorrência de eleições democráticas em 1999 tirou do país o status de pária internacional, acabando com o relativo isolamento em que o país vivia e ampliando as relações da Nigéria com diversos países<sup>19</sup> (OLIVEIRA, 2014). Durante o governo civil de Olesegun Obasanjo (1999-2007), a Nigéria aumentou consideravelmente suas relações comerciais com Estados Unidos, que eram de cerca de 5 bilhões de dólares em 1999 e chegaram à marca de 11,4 bilhões em 2003; além disso, as remessas de assistências técnicas dos EUA para o Estado nigeriano também subiram consideravelmente (OLIVEIRA, 2014). Ademais, as relações com a França também se intensificaram e, na virada para os anos 2000, a Nigéria já era a principal parceira econômica da França na África subsaariana; as relações se dão principalmente nos setores automobilístico, de petróleo e gás natural (OLIVEIRA, 2014).

Finalmente, no âmbito extracontinental, cabe destacar também o aprofundamento das relações da Nigéria com a Índia, Brasil, Rússia e, principalmente, com a China. Segundo Taylor (2010a), a China se transformou, na última década, em um dos principais parceiros

<sup>19</sup> Durante grande parte da década de 1990, a Nigéria viveu momentos de isolamento e de deterioração de sua imagem internacional em função do exercício da presidência por governos militares não democráticos.

internacionais da Nigéria: durante este período, as exportações da Nigéria pra China mais que quadruplicaram, majoritariamente advindas do setor petrolífero, enquanto os investimentos chineses no país também aumentaram significativamente, sendo estes capitaneados pelas petrolíferas CNOOC e Sinopec e pelos setores de construção (TAYLOR, 2010a).

A significativa melhor na imagem do país e a diminuição do isolamento permitiram que a Nigéria negociasse parte significativa de sua dívida externa – fator que comprometeu gravemente as receitas do Estado por quase duas décadas. Em 2005, o país negociou com o Clube de Paris e conseguiu o perdão de 30 bilhões de dólares. Com isso e com outras negociações, a Nigéria logrou estabilizar a inflação e a taxa de câmbio, além de aumentar suas reservas internacionais, como mencionado acima. Estes foram fatores fundamentais para alcançar a estabilidade necessária ao seu processo de desenvolvimento.

### 3.2.2 Os recursos naturais e a indústria do petróleo

A Nigéria é o maior produtor de petróleo na África e o 13º maior produtor global. O país possui a segunda maior quantidade de reservas comprovadas no continente, com cerca de 37 bilhões de barris (EIA, 2015b) e é o principal exportador do recurso no continente africano. Em 2014, o país chegou à produção de 2,6 milhões de barris de petróleo por dia (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b), sendo grande parte desta produção composta por petróleo leve com baixo teor de enxofre (OLIVEIRA, 2007a). Entre 2000 e 2005, as exportações de petróleo quase dobraram – fato que, conjuntamente com o aumento nos preços do petróleo, foi responsável pelo grande crescimento do PIB mencionado anteriormente (OLIVEIRA, 2007a). Historicamente, a maior parte da produção de petróleo na Nigéria se deu nas plataformas onshore, principalmente no Delta do Rio Niger. Entretanto, a descoberta de petróleo offshore em águas ultraprofundas tem atraído a atenção de grande parte dos investidores (STRATFOR, 2015).

A produção de petróleo na Nigéria começou quando o Estado ainda era uma colônia e, em 1964, está já ultrapassava a marca de 120200 barris por dia e, em 1973 – ano fatídico para a produção global petrolífera e no qual a Nigéria já fazia parte da Organização dos Países Produtores de Petróleo – a produção já superava 2 milhões de barris de petróleo diários (OLIVEIRA, 2007a). Em 1977, é criada a *Nigeria National Oil Corporation*, que daria origem à *Nigeria National Petroleum Corporation* (NNPC), empresa estatal que, atualmente, é responsável pela regulamentação e controle da produção, exportação, concessão de blocos petrolíferos a outras empresas e estabelecimento de *joint-ventures* ou *production-sharing*.

Ainda que não tenha capacidade tecnológica e de capital e tecnológica comparável à angolana Sonangol, a NNPC hoje é responsável por parte significativa da produção nigeriana de petróleo (OLIVEIRA, 2007a), sendo grande parte desta produzida em *joint-ventures* entre empresas transnacionais e a NNPC, na qual esta é a maior acionária (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). Ademais, além da estatal nigeriana, são atores importantes na exploração de petróleo as estadunidenses Chevron-Texaco e Exxon-Mobil, a Shell, a Total-Fina-Elf, a Statoil, as chinesas CNPC e Sinopec e a Petrobrás. Em 1988, a NNPC sofreu uma reestruturação que modelou a atual estrutura da empresa: hoje, ela é dividida em 12 setores que, conjuntamente com o *Department of Petroleum Resources* e com o *Ministry of Petroleum Resources*, regulamentam a exploração do recurso.

Diferentemente da maioria dos países produtores de petróleo, a Nigéria se destaca por ter uma grande quantidade de pequenas e médias empresas nacionais atuando no setor (STRATFOR, 2015; ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). Entretanto, como já mencionado anteriormente, atualmente o setor mais rentável é o de exploração de águas ultraprofundas – o que requer capital e capacidades tecnológicas que apenas as grandes empresas transnacionais possuem. O estabelecimento dos contratos da exploração de águas profundas, todavia, foi feito antes do início da década de 2000 – quando os preços do petróleo ainda eram baixos, a Nigéria ainda não tinha o status de potência petrolífera que tem hoje e, principalmente em função da ditadura de Sani Abacha, era considerada um pária no sistema internacional. Frente a isto, os contratos foram assinados em termos pouco benéficos para a Nigéria, sem a segurança de exigência de conteúdo nacional no processo e sem taxaço para empresas transnacionais.

Hoje, estes termos [dos contratos] são alguns dos mais favoráveis às Companhias de Petróleo Internacionais [IOCS, na sigla em inglês] do mundo. Qualquer exploração abaixo de mil metros é taxado em 0 por cento. A taxaço das IOCs nos contratos em águas profundas é de 50%, em contraste à taxa comum de 85%, tipicamente utilizada em contratos onshore (STRATFOR, 2015, p.3, tradução nossa).

Em 2008, o governo começou a tentativa de aprovação da *Petroleum Industry Bill*, com o objetivo de aumentar a regulamentação da produção, exploração e venda de petróleo, aumentar a taxaço de empresas transnacionais, adquirir mais rendas para o Estado e, em última instância, obter contratos mais benéficos para a Nigéria. O projeto de lei, entretanto, já enfrenta oposição de muitas IOCs e dificilmente será aprovado no congresso nigeriano, seja em sua total extensão ou mesmo parcialmente (STRATFOR, 2015).

A Nigéria também detém a maior reserva de gás natural do continente africano, com cerca de 180 trilhões de pés cúbicos, além de deter a nona reserva em nível global (ENERGY

INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). O país também é responsável pela exportação de 10% da exportação mundial de gás natural liquefeito, chegando à marca de 2,436 bilhões de metros cúbicos (OLIVEIRA, 2007a), e está entre os cinco maiores exportadores do recurso no globo. A produção de gás natural, entretanto, ainda não corresponde à quantidade de reserva que o país detém: a Nigéria ainda não está na lista dos 15 maiores produtores do recurso (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b).

Hoje, o gás e, principalmente, o petróleo representam cerca de 75% das receitas do Estado e 95% das receitas de exportação da Nigéria (ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2015b). O país ainda é extremamente dependente dos recursos naturais e, conseqüentemente, dos preços internacionais de commodities. Assim como Angola, a Nigéria sofreu com a recente queda no preço do barril de petróleo e, frente à crise internacional de 2007-8, houve uma relativa desaceleração das exportações de petróleo. Em 2014, entretanto, as exportações já mostraram uma melhora e marcaram 155% acima das de 2013. No mesmo ano, o comércio externo total ficou na casa dos 24,4 trilhões de dólares – acima dos 21 trilhões de 2013 (BARUNGI; OGUNLEYE; ZAMBA, 2015).

### 3.2.3 Nigéria: construção de espaço regional no África Ocidental

Desde a independência da Nigéria, sua política externa buscou ter um papel de liderança, seja no âmbito regional ou continental. Tal ideia é condensada a partir do termo *Pax Nigeriana*, cunhado pelo ex-Ministro das Relações Exteriores Bolaji Akinyemi (1985-87), quando este trouxe a ideia de que a Nigéria colocou sobre si mesma o papel de liderança continental e na região da África Ocidental<sup>20</sup> (HAASTRUP; LUCIA, 2014). Isto se materializa, principalmente, quando há a construção de um espaço regional coordenado pela Comunidade Econômica de Estados da África Ocidental (ECOWAS, na sigla em inglês), criada em 1975.

A criação da ECOWAS remonta à década de 1960 e a uma série de conferências, como a Conferência dos Estados Africanos Independentes de Lagos e Conferência da Aliança do Cacau; à época, a Nigéria já pleiteava, a nível continental, pela implementação de um Banco Africano de Desenvolvimento e um Mercado Comum Africano (OLIVEIRA, 2014). Segundo Oliveira (2014), a década de 1970 foi o primeiro período em que a política externa nigeriana buscou um perfil mais ativo, ligado ao não-alinhamento, ao terceiro-mundismo e, principalmente, estabeleceu-se como liderança regional: com a derrocada do projeto da

---

<sup>20</sup> No presente trabalho, considera-se África Ocidental a região que comporta membros da ECOWAS: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO) – projeto que conglomerava os Estados francófonos da região e excluía a Nigéria, além de ser a cristalização da influência francesa pós-descolonização na África Ocidental -, há a vitória do projeto nigeriano da ECOWAS e com seu conteúdo ético. A ECOWAS foi criada em 1975, a partir do Tratado de Lagos, com o objetivo de promover a integração e a cooperação econômica, social e política entre seus membros (VISENTINI, 2012, p.16).

Desde o período em que a ECOWAS foi criada até hoje, a instituição passou por uma série de mudanças. Se, nas décadas de 1970 e 1980, a prioridade da ECOWAS foi a integração econômica e o princípio da não-intervenção imperou, as décadas de 1990 e 2000 mudaram radicalmente esta realidade, e a ECOWAS passou a atuar como provedor e garantidor da segurança regional (ALLI, 2012). Em 1990, frente à crise na Libéria<sup>21</sup>, foi criada a ECOWAS *Cease-fire Monitoring Group* (ECOMOG), com o objetivo de controlar o conflito e evitar o transbordamento da instabilidade para o resto da região; ou seja, buscou ser o corpo militar garantidor da estabilidade regional. A ECOMOG, que fora criada como instrumento *ad-hoc* para a crise liberiana, fora novamente utilizada entre os anos de 1997 e 2000, quando a ECOWAS interviu na Serra Leoa para tentar controlar a guerra civil que emergira após o golpe de Estado liderado pelo general Major John P. Koroma. Em 2002, a ECOWAS mandou forças para monitorar as instabilidades na Costa do Marfim, com o objetivo de monitorar o cessar-fogo e fomentar o desengajamento entre as partes.

Com a criação da União Africana, em 2002, há o estabelecimento de uma nova arquitetura de segurança – ou *African Peace and Security Architecture*<sup>22</sup> (APSA, na sigla em inglês), que, sob a égide do Conselho de Paz e Segurança da União Africana, estabelece a *African Standby Force* (ASF). Hoje, a ASF é nucleada regionalmente, com brigadas capitaneadas pelas instituições econômicas regionais<sup>23</sup>. Para a região da África Ocidental, a brigada responsável pela segurança é *ECOBRIIG for West Africa* (ou *ECOWAS Standby Force - ESF*), que está sendo construída e institucionalizada sob a égide da ECOWAS<sup>24</sup> (HAASTRUP;

<sup>21</sup> As instabilidades na Libéria iniciaram em 1989, quando a Frente Patriótica Nacional da Libéria (NPFL), liderada por Charles Taylor, invadiu o país pela fronteira com a Costa do Marfim e, com o apoio da população descontente com o governo de Samuel Doe, chegou à capital Monróvia em 1990; as instabilidades levaram ao assassinato de Doe em 1990 (VISENTINI, 2012, p. 102).

<sup>22</sup> Sob o guarda-chuva da APSA funciona uma série de instituições, como o *Peace and Security Council*, o *Continental Early Warning System*, o *African Standby Force* e o *Peace Fund*.

<sup>23</sup> Hoje, a estrutura da ASF é dividida em 5 brigadas regionais: North Africa Regional Standby Brigade (NASBRIG); East Africa Standby Brigade (EASBRIG); Force Multinationale de l'Afrique Centrale (FOMAC); Southern Africa Standby Brigade (SADCBRIG); ECOWAS Standby Brigade (ECOBRIIG).

<sup>24</sup> A ideia de uma força militar institucionalizada sob a égide da ECOWAS remonta o debate e a aprovação do *Mechanism for Conflict Prevention Management, Resolution, Peace-keeping and Security*, de 1999 e os mais



LUCIA, 2014). Em 2012, tropas da ESF foram deslocadas para a Guiné Bissau<sup>25</sup> após o golpe militar em abril, durante o processo eleitoral e antes do segundo turno das votações para a presidência do país, com o objetivo de manter a estabilidade no local. Dois anos antes, em 2010, a ECOWAS foi responsável pela mediação após as instabilidades no Níger em função do golpe militar que derrubou Mamadou Tandja. Em 2012, a ECOWAS lançou a *African-led International Support Mission to Mali* (AFISMA) e em 2013 já havia colocado tropas no Mali para ajudar a conter as instabilidades no país.

Nota-se, portanto, que a ECOWAS tem estabelecido regionalmente uma estrutura de paz e segurança. Nisto, a Nigéria tem um papel fundamental: além de representar mais de 50% da população e 66% do PIB da instituição, a Nigéria é responsável por 70% dos recursos monetários da ECOWAS e é a base de recursos humanos dela (HAASTRUP; LUCIA, 2014); o quartel-general da ECOWAS está situado em Abuja, e a Nigéria é a principal conformadora do processo de tomada de decisão da instituição. Durante as intervenções militares da ECOMOG, a Nigéria foi responsável por entre 70% e 80% das contribuições em tropas e entre 80% e 90% dos fundos monetários (HAASTRUP; LUCIA, 2014). Exemplo disso é que, apenas no ano de 1999, a Nigéria gastou 13 bilhões de dólares de suas receitas em operações de manutenção de paz na África Ocidental e, enquanto as intervenções da ECOMOG estiveram em ação, a Nigéria chegava a gastar cerca de um milhão de dólares por dia nas operações (ALLI, 2012). Mais que isto, entretanto, a Nigéria também tem tido um papel de liderança nos processos de mediação de conflitos na África Ocidental; foi o caso quando da assinatura do *Lomé Peace Agreement*, que pôs fim à guerra civil na Serra Leoa em 1999, na crise do Togo em 2005-6 e na crise eleitoral no Senegal em 2012, entre outros (HAASTRUP; LUCIA, 2014).

Cabe destacar, também, o papel das Forças Armadas nigerianas na África Ocidental: de acordo com Alli (2012) e Haastrup & Lucia (2014), a Nigéria tem as Forças Armadas mais bem preparadas e equipadas da região, principalmente após o processo de modernização iniciado na era Obsanjo. Assim, o país tem o melhor instrumento militar da região para intervenções. Mais que isto, porém, as Forças Armadas nigerianas têm um papel fundamental ao prover treinamento militar às Forças Armadas dos demais países da África Ocidental. Em seus *National Defense College* (NDC) e no *Armed Forces Command and Staff School*, oferece treinamento aos Estados vizinhos desde 1996 (HAASTRUP; LUCIA, 2014). Na última década,

---

recentes *Supplementary Protocol on Democracy and Good Governance*, de 2001, e o *ECOWAS Conflict Prevention Framework* (ECPF), de 2008).

<sup>25</sup> A ECOMOG já havia feito uma intervenção na Guiné Bissau. À época, não houve a participação nigeriana na intervenção – único caso em que isso não ocorreu. A intervenção da ECOMOG mostrou-se um fracasso e não logrou estabilizar o país.

a Nigéria treinou 83 militares de alto posto de países membros da ECOWAS, e, em 2002, foi estabelecido que o NDC seria o principal centro de treinamento da ECOMOG. Finalmente, por meio do *Nigerian Army Training Assistance* (NATAG), a Nigéria também oferece treinamento militar aos Estados da ECOWAS, com destaque para Gâmbia, Libéria e Serra Leoa (ALLI, 2012).

Por fim, cabe destacar o papel da Nigéria como impulsor da integração econômica na África Ocidental. De acordo com Alli (2012), os principais objetivos da Nigéria na promoção da integração econômica regional são a promoção do livre fluxo de bens e capital na região, a expansão da produção agrícola e industrial, a expansão da integração infraestrutural, principalmente de rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos e de telecomunicações, e o estabelecimento de uma moeda comum. Este último fator é relevante frente ao atual cenário, no qual grande parte dos países da ECOWAS ainda tem como moeda o Franco CFA<sup>26</sup>. Assim, hoje está em debate a implementação da Zona Monetária da África Ocidental, ideia proposta pela Nigéria, tendo como parceiros Gâmbia, Gana, Guiné e Serra Leoa (VISENTINI, 2012). Destacam-se também os projetos nigerianos de criação de uma linha ferroviária que ligue Lagos a Accra, em Gana, e Abuja a Abidjan, na Costa do Marfim, além dos projetos ECOMARINE (de conexão marítima), ECOAIR (de conexão aérea), e o gasoduto Lagos-Accra – todos de liderança e aspiração nigeriana (ALLI, 2012).

Conforme aponta Oliveira (2014), a Nigéria é uma liderança continental na África: atuou de maneira essencial e influenciou na criação da Organização da Unidade Africana, na sua transição para a União Africana e na construção do *New Partnership for African Development* (NEPAD). É no nível regional, entretanto, que Nigéria tem o foco de sua política externa contemporaneamente. Desde a década de 1970, o país tem buscado construir um espaço regional relativamente autônomo da ingerência de potências extrarregionais, principalmente da França – país que mantém relações coloniais e de dependência com grande parte dos Estados da África Ocidental e um dos grandes poderes econômicos e militares na região. A ECOWAS foi o principal instrumento para a materialização disto. Dos anos 1990 e, principalmente, nos anos 2000, entretanto, a instituição mudou de perfil e passou a atuar enquanto órgão de

---

<sup>26</sup> O Franco CFA é a moeda adotada por Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Gabão, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Mali, Níger, República do Congo, República Centro Africana, Senegal e Togo. A moeda é atrelada à moeda francesa – ou seja, ao euro atualmente. A manutenção do Franco CFA como moeda na região representa a manutenção da influência francesa nos processos decisórios na África: é uma herança do sistema colonial francês na região e é um instrumento de dominação da potência extrarregional sobre os Estados africanos ao estabelecer a fixação e a paridade entre a moeda Franco CFA e o Euro, a livre circulação de capitais e a centralização das reservas africanas no Tesouro francês. Com isso, o Franco FCA tira autonomia da política monetária dos Estados da região e dificulta seus processos de desenvolvimento.

segurança, com a Nigéria tendo um papel fundamental de liderança. Para Oliveira (2014), o país tem atuado como um *gendarmarie* da África Ocidental; Alli (2012) reforça tal ponto quando afirma que a Nigéria tem as capacidades populacionais, econômicas, de empreendimento nacional e militares que a tornaram uma líder regional e que a fazem o pilar-mestre da região da África Austral. Haastrup & Lucia (2014) complementam a ideia:

[A] promoção e o uso da ECOWAS por parte da Nigéria no campo de segurança está contribuindo para nutrir a cooperação securitária entre os Estados da África Ocidental e construir uma comunidade regional por meio da elaboração de normas política e securitária e regras aceitas por todos os Estados membros. No nível continental, a Nigéria tem tido uma voz clara em modelar o desenvolvimento do APSA, usando o sucesso da ECOWAS como um projeto para o desenvolvimento institucional. Na África Ocidental, a ECOWAS agora é uma organização regional com uma dimensão supranacional que interfere grandemente nos seus Estados membros. (HAASTRUP; LUCIA, 2014, p.8).

### **3.3 Angola e Nigéria: potências regionais africanas ou Estados Diretores?**

Angola e Nigéria ainda apresentam uma série de problemas socioeconômicos e de gargalos ao seu desenvolvimento. Angola ainda traz consigo uma série de problemas estruturais em seu Estado, como a enorme dependência do petróleo que faz com que a economia nacional seja dependente da flutuação dos preços internacionais deste recurso. A guerra civil deixou legados profundos, e o país hoje ainda sofre com sérios problemas em infraestrutura, falta de profissionalização da mão de obra, insuficiência tecnológica, ausência de um sistema efetivo de saúde e insegurança alimentar. Além disso, o regime do MPLA tem problemas relacionados à legitimidade, em função das eleições fraudulentas de 2012, da enorme corrupção interna ao partido e à administração, e pelo modelo que mantém, até hoje, de grandes relações neopatrimonialistas internamente ao Estado, além da continuidade de níveis de desigualdade alarmantes no país.

Para a Nigéria, a análise é semelhante: a enorme dependência do petróleo fez com que o país sofresse baques consideráveis após a crise de 2007-8 e após a diminuição do preço do barril de petróleo. O nível de desigualdade e pobreza no país ainda é alarmante, especialmente nas regiões desérticas ao norte. A ausência de um modelo de desenvolvimento mais concreto – da maneira como se deu em Angola – trouxe ao país sérias consequências: o Estado ainda não logrou resolver dignamente as desigualdades regionais, ou seja, ainda não construiu uma nação propriamente dita. Principalmente no que tange ao petróleo, a ausência de modelos de regulamentação mais bem estabelecidos e efetivos faz com que suas atividades econômicas não sejam tão bem aproveitadas, o que compromete o processo de desenvolvimento nacional e a distribuição de recursos. Mais que isto: a inexistência de projetos de desenvolvimento de longo

prazo e de um projeto nacional mais bem delimitado, diferentemente da realidade angolana, marca problemas sérios na capacidade estatal do país. Resultado disso é a ascensão, no país, de grupos como o *Movement of Emancipation of the Niger Delta*, grupo separatista da região, e, principalmente, o Boko Haram.

Em última instância, Angola e Nigéria ainda não resolveram decentemente os problemas em relação à formação do Estado, conforme explicado no capítulo anterior.

Entretanto, as últimas duas décadas e meia trouxeram mudanças consideráveis nos dois países. Primeiramente, a economia angolana vivenciou, durante quase toda a década de 2000, um *boom* que trouxe enormes recursos para o Estado angolano; a elevação nos preços do petróleo ajudou a acumular mais reservas internacionais, há uma elevação exponencial na exportação, o IED no país aumenta consideravelmente e, com a estabilidade, a inflação cai ao seu mínimo histórico. Com isso, Angola, ainda que não de maneira suficiente, consegue fazer uma série de investimentos em programas sociais e em infraestrutura. Mais que isso: há o estabelecimento de um “modelo angolano de desenvolvimento”, no qual o Estado e, principalmente, a Sonangol são as principais âncoras. A implementação de um modelo econômico que exige conteúdo nacional – o modelo de “angolinização” – em quase todos os setores da economia e, principalmente, na indústria petrolífera, permitiu que o país gerasse consideráveis níveis de emprego e renda durante os últimos 15 anos. Além disso, Angola passa a administrar um projeto de longo prazo de diminuição de dependência do capital externo e de desenvolvimento autônomo e endógeno. Conjugado a isso, há a modernização das Forças Armadas. No que tange às relações internacionais, Angola logrou estabelecer com alguns de seus principais parceiros – como China e Brasil – um padrão de relação diferenciado e com mais benefícios mútuos – fato que também lhe deu mais capacidade de barganha frente às potências tradicionais e a órgãos como o FMI.

A Nigéria, por sua vez, também tem vantagens significativas com o boom petrolífero vivido na primeira década do século XXI. O PIB cresce a uma das maiores taxas médias globais, idem à produção e exportação petrolífera. Definitivamente, o país se consolida globalmente como uma potência produtora de petróleo. Com isso, o país atinge uma estabilidade considerável, com o aumento das reservas internacionais, a estabilidade do câmbio e a diminuição da inflação e do desemprego. A partir do restabelecimento da democracia, o país sai do isolamento internacional, consegue o perdão de parte considerável de sua dívida externa e estabelece relações importantes com novos parceiros, como a China, além de fortalecer a relação com os já tradicionais. Mais que isto, entretanto, Nigéria consolidou-se como a grande líder regional na África Ocidental: com a consolidação da ECOWAS como principal eixo de

integração, a Nigéria estabeleceu-se como principal provedor da segurança regional – via ECOMOG e, depois, via ESF – e principal motor da integração regional. A arquitetura regional montada pela Nigéria foi um dos modelos para a construção da arquitetura institucional continental – para a qual o país foi fundamental ao liderar a formulação da União Africana e do NEPAD junto com a África do Sul. Assim, a África Ocidental está inserida, hoje, a nível continental sob a égide da construção regional promovida pela política externa nigeriana nos últimos anos.

A conjugação destas concepções com as fragilidades estruturais dos Estados africanos, apresentadas no capítulo anterior, mostra-nos a incongruência de aplicar à realidade africana as concepções tradicionais de potências regionais. Certamente Estados como Angola e Nigéria não cumprem os “requisitos” para serem enquadradas como tal. Mais que isto: a extensão do poder de ambos, a nível regional e continental, não é baseada nos mesmos aspectos.

Frente a isto, é importante discutir o conceito elaborado por Almeida (2009) de Estado diretor. Para o autor, o coerente à realidade africana não é discutir simplesmente os conceitos tradicionais de potência regional e potência média, mas pensá-los dentro da distribuição de poder do sistema africano. Para o autor, o conceito de Estado diretor “entrelaça” os requisitos usados nos conceitos tradicionais e diz respeito a um Estado que consegue influenciar, de forma organizacional, política, ideológica, militar e tecnologicamente sua região (ALMEIDA, 2009, p.86).

Assim, percebe-se que a relevância contemporânea de Angola e Nigéria menos se relaciona com os requisitos básicos das potências e mais com como o Estado está organizando sua política externa, seu interesse nacional, seu espaço regional e como está contribuindo para a nova arquitetura da União Africana. No caso da Nigéria, é clara a capacidade de construir um espaço regional coordenado; no caso de Angola, a concepção de Estado diretor está embutida no modelo de desenvolvimento que o país logrou desenvolver. A argumentação para considerar Angola e Nigéria Estados diretores do continente africano muda: enquanto Angola tem um modelo de desenvolvimento, Nigéria tem um projeto regional.

## **4 GOLFO DA GUINÉ: CONJUNTURA, CONSTRUÇÃO REGIONAL E OS PAPEIS DE ANGOLA E NIGÉRIA**

### **4.1. Golfo da Guiné: nova importância estratégica e nova conjuntura regional (2000-2015)**

O Golfo da Guiné<sup>27</sup> é uma reentrância na costa ocidental da África, localizada entre a fronteira da Costa do Marfim ao norte e a fronteira de Angola com a Namíbia ao sul e é uma entidade geográfica, histórica e política (BENY, 2007, p.94). Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar na região, mas, no século XVII, o domínio majoritário sobre a região seria dos ingleses, franceses e holandeses. Por quase quatro séculos, a principal atividade econômica da região foi o tráfico de escravos, e o Golfo da Guiné forneceu a maior parte dos escravos que trabalharam nas Américas (BENY, 2007).

Assim como as últimas décadas trouxeram mudanças significativas nas realidades de Angola e Nigéria, conforme exposto no capítulo 3, a conjuntura no Golfo da Guiné também se alterou significativamente. A região ganhou uma nova importância estratégica, fundamentalmente em função do petróleo – o que mudou significativamente sua relação com potências extrarregionais. Estados Unidos, China e alguns Estados da União Europeia – principalmente a França – aumentaram suas presenças no continente africano como um todo e materializaram, no Golfo da Guiné, o que muitos autores chamam de Nova Corrida pela África<sup>28</sup>.

O Golfo da Guiné é uma região rica em recursos naturais. Ela detém mais de 3,5% das reservas globais de petróleo, compondo a segunda maior concentração de hidrocarbonetos do mundo, com um total comprovado de mais de 50,4 bilhões de barris (UKEJE; MVOMO-ELA, 2013). É digno de nota que o petróleo do Golfo da Guiné é de excelente qualidade, com baixo teor de enxofre, e com boa condição de extração por concentrar-se em uma profundidade entre 1 000 e 2000 metros offshore – o que garante rentabilidade na produção (ESCORREGA, 2010). Além de Angola e Nigéria, também são importantes produtores de petróleo o Gabão, a Guiné Equatorial e, em menor grau, a República do Congo, além de o petróleo estar em fase de prospecção em São Tomé e Príncipe – onde há expectativas de grandes reservas. A produção

---

<sup>27</sup> No presente trabalho, considera-se o Golfo da Guiné a região que agrega os seguintes países: Angola, Benim, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné Equatorial, Nigéria, Gabão, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe e Togo. Utiliza-se a definição de Beny (2007).

<sup>28</sup> *New Scramble for Africa*, na expressão no original em inglês.

de petróleo da Guiné Equatorial, por exemplo, entre 1990 e 2005, mais que quintuplicou. Destacam-se também outros recursos minerais na região: apenas na República Democrática do Congo estão mais de 1100 tipos de minerais, incluindo 30% das reservas mundiais de diamante e 60% das reservas de cobalto (AFRICAN ECONOMIC OUTLOOK, 2013, p. 110). É digno de nota, também, que a localização do Golfo da Guiné torna a região estratégica:

Outro motivo essencial que estimula a ascensão da importância estratégica do Golfo da Guiné é sua ótima posição geográfica de proximidade com os mercados da Europa e da América do Norte. Dessa forma, o transporte de mercadorias, por via marítima, torna-se mais simples, seguro e rápido, resultando em um menor custo comparado com as exportações vindas do Golfo Pérsico (ESCORREGA, 2010). Ao mesmo tempo, o escoamento do petróleo na região não passa por nenhum ponto de estrangulamento – áreas marítimas estreitas com grande concentração de navios e mais suscetíveis a casualidades que possa impedir o trânsito, como o Estreito de Málaca ou o Canal do Suez. (ZUCATTO; BAPTISTA, 2014).

O fator petróleo deu ao Golfo da Guiné uma nova dimensão. Em maio de 2001, era tornado público o chamado *Cheney Report*, sobre a Política Nacional de Energia dos Estados Unidos, que considerava que, até 2020, o consumo de energia do país crescerá cerca de 32%, e que a produção interna daria conta de menos disso. Assim, caberia aos EUA assegurar de maneira mais efetiva o abastecimento de petróleo e, para tal, o país deveria diversificar a origem de seu fornecimento do recurso: era recomendada a substituição do petróleo advindo do instável Oriente Médio pela importação de petróleo africano – o qual deveria, segundo o relatório, representar cerca de 25% do consumo estadunidense até 2020 (TAYLOR, 2010a). Em 2012, entretanto, o petróleo africano já representava mais de 15% disto – e grande parte deste percentual era exportado pelos Estados do Golfo da Guiné (FIORI, 2012). Ao mesmo tempo, os ataques terroristas, protagonizados pelo al-Shabaab em Nairobi e em Dar-es-Salaam, em 1998, e os ataques de 11 de setembro incluem definitivamente o continente africano na Guerra Global ao Terror.

A partir de tal conjuntura, a política dos Estados Unidos para o continente africano mudou radicalmente. A política energética dos EUA de um maior controle dos fluxos petrolíferos globais é concomitante à adoção, por parte do país, de uma *Integrated Global Presence*, a qual é baseada em um crescente número de bases estadunidenses no exterior por meio da expansão dos Comandos Unificados Combatentes<sup>29</sup>. Isto se reflete consideravelmente

---

<sup>29</sup> Os Comandos Unificados Combatentes são estruturas militares estadunidenses que se responsabilizam por regiões específicas do globo. Os seis Comandos Unificados Combatentes mencionados acima são Northcom, responsável pela América do Norte; o Southcom, responsável pela América Latina; o Africom, responsável pela África; Centcom, responsável pelo Oriente Médio e Ásia Central; Eucom, responsável pela Europa e Pacom, responsável pela Ásia-Pacífico.

no continente africano e no Atlântico Sul como um todo: o restabelecimento da IV Frota dos EUA, em julho de 2008, e o Comando Unificado Combatente para a África – o African Command (AFRICOM), em outubro de 2008, são as principais materializações neste sentido. Pela primeira vez, os EUA possuem uma estrutura militar que conta com seis Comandos Unificados Combatentes e seis frotas no globo. Com isso, os EUA completaram o estabelecimento de sua capacidade global de projeção de forças (BATTAGLINO, 2009, p.37).

O estabelecimento do AFRICOM se dá em um momento em que a África ganha esta nova dimensão estratégica para os EUA. Durante a Guerra Fria, a África se integrava aos interesses estratégicos dos EUA de contenção da URSS; o fim do conflito bipolar levou a um relativo esvaziamento da importância estratégica do continente. Os anos 2000, por sua vez, com a conjuntura supracitada, trazem de volta a relevância da África para a estratégia global dos Estados Unidos<sup>30</sup>. A África volta a constar nas Estratégias de Segurança Global dos EUA de 2002 e 2006, e o AFRICOM é criado no sentido de ser uma ferramenta para assegurar os interesses estadunidenses na África, segundo o próprio documento oficial do Comando (PLOCH, 2011). Anteriormente, o continente africano era coberto pelos comandos da Europa (EUROCOM) e da Ásia Central e Oriente Médio (CENTCOM); com a nova conjuntura, os EUA sentem a necessidade da criação do Comando africano – o que sugere sua forte relação entre a política de assegurar fornecimento de petróleo e o novo ímpeto de militarizar a região.

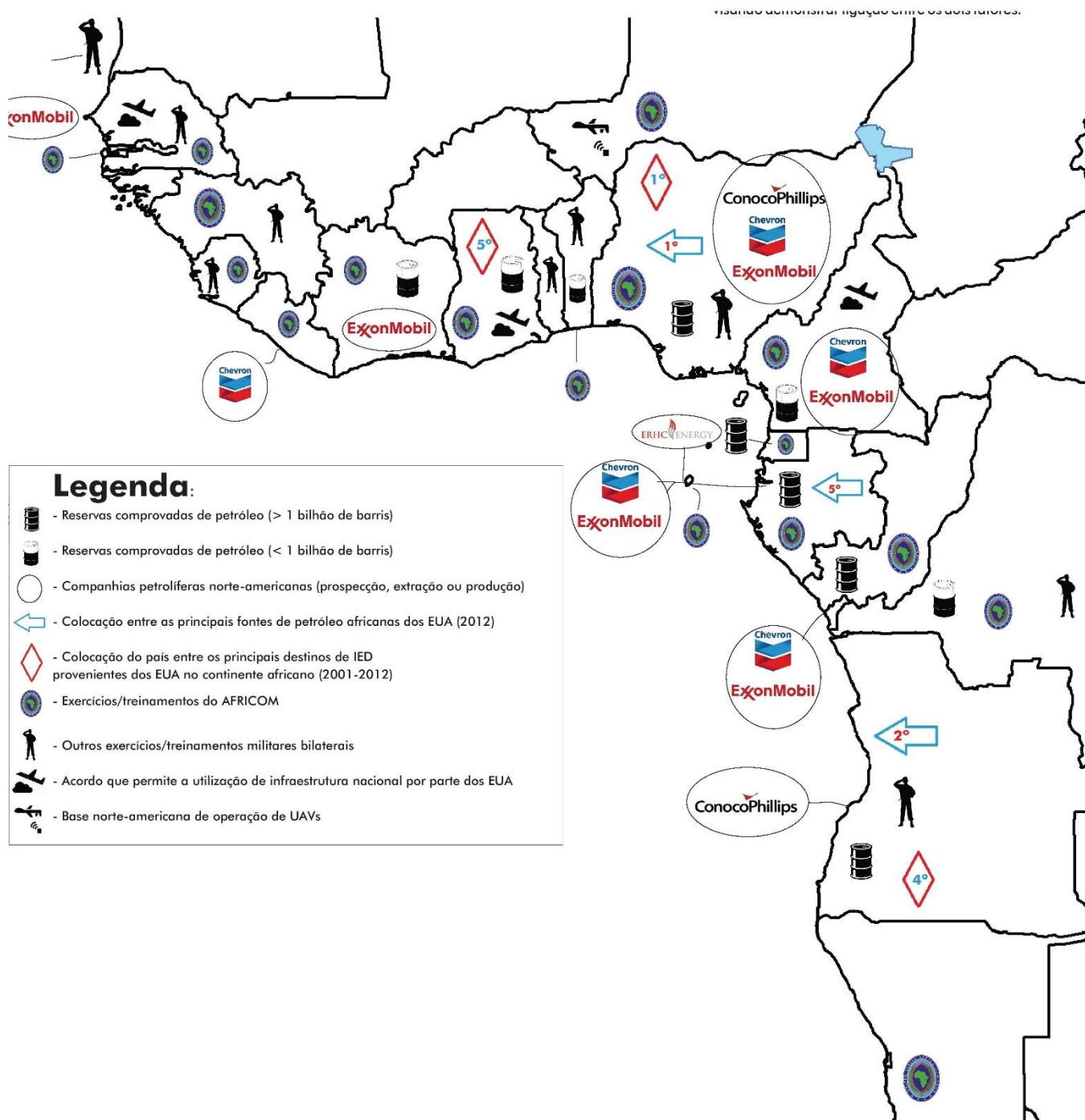
De acordo com Beny (2007), a partir de então, grande parte dos esforços do AFRICOM e da IV Frota estiveram relacionados ao Golfo da Guiné. Ainda segundo o autor, os EUA estão elaborando um projeto que objetiva ser uma Guarda do Golfo da Guiné, com objetivos como: melhorar o controle das áreas litorais, promover a segurança marítima coletiva, estabelecer uma rede de comunicação e controle dos navios e de suas movimentações, entre outras (BENY, 2007, p.100). Outras iniciativas de militarização da região devem ser destacadas, como a instalação de radares de vigilância marítima em São Tomé e Príncipe, o estabelecimento de acordos e exercícios militares no Togo, no Benim, na Nigéria e em Angola e um acordo de cessão de infraestrutura para a utilização militar por parte dos EUA com Gana, entre outros. Conforme se observa na imagem 7, grande parte da infraestrutura militar do AFRICOM está concentrada na região do Golfo.

---

<sup>30</sup> De acordo com o Departamento de Defesa dos EUA, os principais temas que interessam o país no continente africano são a) o petróleo; b) expansão do terrorismo; c) conflitos armados (PLOCH, 2011). De acordo com Ploch (2011), tais foram os principais fatores que impulsionaram a virada da política estadunidense para a África na década de 2000.



Figura 7: Estados Unidos na costa atlântica da África.



Elaborado por: Calich et al., 2014

Cabe reafirmar que países do Golfo da Guiné estiveram entre os principais fornecedores de petróleo para os Estados Unidos até 2012. Além das já citadas Angola e Nigéria, as duas principais exportadoras de petróleo para os Estados Unidos na África Subsaariana, destacam-se a Guiné Equatorial e o Gabão, terceiro e quarto fornecedores subsaarianos do recurso para a

potência americana, respectivamente. De acordo com Beny (2007), a Guiné Equatorial já é a quarta maior receptora de investimentos estadunidenses no continente. No caso gabonês, a exportação de petróleo para os EUA é livre de impostos, e mais de 45% das exportações totais do país desse recurso são para os Estados Unidos (VALLE, 2003). Ademais, importa ressaltar que empresas estadunidenses como a Chevron-Texano e a Exxon-Mobil hoje já operam em prospecção em São Tomé e Príncipe, frente à enorme possibilidade de produção em grandes reservas de petróleo no país (ALMEIDA; BERNARDINO, 2013) A figura 7, que relaciona as reservas de petróleo dos Estados africanos, mostra a presença das transnacionais estadunidenses, a instalação de infraestrutura militar e o estabelecimento de acordos militares, capitaneados pelo AFRICOM. Como mostra a figura, a concentração no Golfo da Guiné é enorme.

A primeira década do século XXI mudou radicalmente a relação dos EUA com a África. A busca pelo controle das reservas e fluxos de petróleo e a inclusão do continente na Guerra Global ao Terror fizeram com que o país aumentasse o perfil de sua política africana, seja no âmbito político, econômico ou securitário. A principal materialização disto se deu no Golfo da Guiné – região onde convergem grande parte dos interesses estratégicos dos EUA no continente.

Assim como os Estados Unidos, a China também mudou significativamente sua política africana no século XXI. A partir de 2000, a China passou a tratar o continente africano como uma de suas prioridades em termos de política externa. A partir do lançamento do *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC) – com o objetivo de coordenar a cooperação sino-africana (VISENTINI, 2013), a China passou a estabelecer Planos de Ação, visando à busca por desenvolvimento comum com o continente e benefícios mútuos. Os mais importantes planos são o Plano de Ação de Adis Abeba (2004-2006) e o Plano de Ação de Pequim (2007-2009), considerados o “Plano Marshall” da China para a África (TAYLOR, 2010a). Os principais setores de atuação comercial e de investimentos chineses na África seriam nas áreas de petróleo, infraestrutura e comunicações. Entretanto, os planos também estabelecem a criação de fundos de investimento, perdoam diversas dívidas africanas, estabelecem preferências comerciais entre as duas partes, criam intercâmbios acadêmicos e transferência de tecnologia (VISENTINI, 2013; TAYLOR, 2010a). Entre 2000 e 2012, as relações entre a China e a África cresceram exponencialmente e, em 2006, mais de 40% dos bens exportados pelo continente africano já se dirigiam à China.

No mesmo sentido, a análise pode ser estendida para o Golfo da Guiné como um todo. Conforme já se apresentou no capítulo anterior, o país já é o principal parceiro econômico e

comercial de Angola e é um dos mais relevantes parceiros nigerianos: durante o segundo mandato de Obasanjo, a política de “Petróleo-por-Infraestrutura” trouxe grandes mudanças na infraestrutura nigeriana – principalmente nas ferrovias do país- e, em dezembro de 2008, a China já havia implantado mais de 30 *joint ventures* com empresas nigerianas. Em 2006, a Nigéria recebeu mais de 70% dos investimentos chineses no continente africano, sendo que 65% dos investimentos no país eram na área de infraestrutura e na construção de hidrelétricas (VISENTINI, 2013). Com isto, a China consolidou-se definitivamente como a maior investidora em infraestrutura no país (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Ademais, a parceria chinesa com outros países do Golfo da Guiné<sup>31</sup> também tem se destacado na última década e meia: República do Congo e República Democrática do Congo estão, junto com Angola, entre os 5 principais exportadores africanos para a China, enquanto Nigéria, Gana, Togo, Benim e Angola estão entre os 10 maiores importadores chineses no continente. São dignas de nota, também, as crescentes relações entre a China e o Benim e os enormes investimentos chineses na infraestrutura e na telefonia móvel do Camarões: em 2012, foi assinado um acordo para a construção da primeira grande ferrovia do país – ligando as cidades Yaoundé a Duala –, capitaneada por empresas chinesas (VISENTINI, 2013). Em países como Gana, a China tem feito grandes investimentos nos setores de tecnologia e infraestrutura (IDUN-ARKHUST, 2008).

Assim como os Estados Unidos, a China vinculou, na primeira década do século XXI, sua segurança energética ao petróleo advindo de países do Golfo da Guiné (OSARETIN, 2011). Após o aumento das instabilidades envolvendo o *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* (MEND) na Nigéria, a Angola tornou-se a maior fornecedora africana de petróleo para a China e a segunda maior fornecedora global do recurso para o país, atrás apenas da Arábia Saudita (TAYLOR, 2010a). Ainda assim, a parceria sino-nigeriana continua se destacando: além dos enormes investimentos no petróleo nigeriano, a China hoje é uma das mais importantes fornecedoras de armas para o país (TAYLOR, 2010a) e a maior investidora internacional no setore de comunicação (MTHEMBU-SALTER, 2009). Além dos dois países supracitados, são importantes fornecedores de petróleo para a China a República do Congo, o Gabão e a Guiné Equatorial (OSARETIN, 2011).

Paulatinamente, a China passou a ocupar espaços, no Golfo da Guiné, que antes eram ocupados por empresas transnacionais europeias ou estadunidenses. Exemplos são quando, em

---

<sup>31</sup> Importa destacar que, de todos os Estados do Golfo da Guiné, apenas São Tomé e Príncipe não tem relações formais com a China; em detrimento, o Estado tem relações com Taiwan. Entretanto, nos últimos cinco anos, os diálogos bilaterais entre China e São Tomé e Príncipe têm crescido.

2007, a Sinopec adquiriu direito de exploração de blocos de petróleo em Angola que antes eram explorados pela francesa Total, ou quando, no mesmo país, a China superou os EUA como maior explorador internacional de petróleo. Hoje, o país já é a maior fonte de capital de grande parte dos países do Golfo da Guiné (THRALL, 2015). Além disso, o Estado participa como um dos principais contribuintes das forças de Operações de Paz das Nações Unidas no continente africano, participando de 7 das 8 missões atualmente atuantes no continente (THRALL, 2015); dentre estas, destaca-se a presença chinesa nas missões na Libéria, na República Democrática do Congo e no Mali (SUN, 2014).

Entretanto, uma questão acerca do petróleo deve ser pontuada. Como já mencionado anteriormente, grande parte dos Estados do Golfo da Guiné são extremamente dependentes do petróleo. Em 2008, o preço do barril sofreu uma grande queda, baixando de \$147 para \$30 dólares estadunidenses (VINES, 2009). No mesmo ano, de acordo com Vines (2009), a demanda internacional por petróleo caiu consideravelmente, muito em função da crise internacional iniciada em 2007-8. A partir de então, a economia de muitos países do Golfo sentiu as consequências: as economias do Gabão e da Guiné Equatorial contraíram (VINES, 2009), enquanto o crescimento real do PIB angolano caiu dos níveis anuais de 15% para cerca de 0,2%, conforme mostrado no capítulo 3. Processo semelhante ocorreu com o PIB nigeriano, e a contração de investimento também foi sentida no setor de prospecção de petróleo de São Tomé e Príncipe. Ademais, outro fator relevante para a diminuição relativa da demanda – global e, principalmente, estadunidense – pelo petróleo no Golfo foi o aumento significativo da importância do gás de xisto na matriz energética dos EUA.

É digno de nota comentar outra questão regional latente. Em decorrência da conjuntura supracitada e do boom do petróleo, atividades como pesca ilegal, tráfico de armas leves, tráfico de drogas, migração ilegal e, principalmente, pirataria cresceram significativamente na última década na região. Segundo Zucatto e Baptista (2014, p.538), os alvos da pirataria são os navios mercantes, geralmente carregando petróleo – que saem dos países do Golfo, especialmente da Nigéria, e se dirigem aos mercados europeu ou estadunidense. Apenas em 2012, foram reportados ao *International Maritime Bureau* 58 incidentes ou tentativas de pirataria na região, das quais 37 envolviam o uso de armas de fogo e, em 2013, mais de 13% dos registros mundiais de pirataria se deram no Golfo da Guiné (ZUCATTO; BAPTISTA, 2014). Ademais, estima-se que 40% da pesca praticada no Golfo da Guiné seja ilegal. Neste sentido, reitera-se que, hoje, os Estados do Golfo da Guiné não têm as capacidades de protegerem suas águas jurisdicionais ou suas atividades econômicas.

No século XXI, a África e, em especial, o Golfo da Guiné aumentaram em muito sua importância estratégica global. Assim como Angola e Nigéria, individualmente, passaram por *booms* de desenvolvimento e *booms* de suas indústrias petrolíferas, o mesmo ocorreu à nível regional no Golfo da Guiné. A descoberta de novas reservas de petróleo, a revitalização do espaço do Atlântico Sul e a crescente – e consistente - presença chinesa tornaram o Golfo da Guiné um espaço de disputa entre potências extrarregionais. Trata-se de uma nova corrida pela África, ou *New Scramble for Africa*, no título original descrito pelos sul-africanos Roger Southall e Henning Melber (2010): uma corrida pelos mercados e pelos recursos naturais africanos, que se materializa não apenas no nível econômico ou de investimentos, mas que também se dá no âmbito da militarização do continente africano e, principalmente, no Golfo da Guiné. Além disso, foram consequência do processo descrito acima a aparição de novos problemas que têm se tornado algumas das mais importantes pautas na agenda internacional e regional dos países da região, como a pirataria.

## **4.2 Golfo da Guiné: construção de um espaço regional**

### **4.2.1. Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: Comissão do Golfo da Guiné, ZOPACAS e instituições regionais**

Desde as independências dos Estados africanos, a integração a nível regional e continental é um dos principais veículos de promoção do desenvolvimento no continente. Com o início do século XXI, os regionalismos africanos e a integração regional ganharam uma nova dimensão.

Contemporaneamente, a África possui uma arquitetura institucional regional que, capitaneada pela União Africana, divide o continente em cinco espaços regionais: a África Oriental, a África Setentrional, a África Central, a África Austral e a África Ocidental. Cada região tem uma instituição que capitaneia a integração política e econômica, além de terem construído ou estarem construindo suas brigadas regionais. Nisto, o Golfo da Guiné é um espaço estratégico por ser uma sub-região que agrega países da África Central, Austral e Ocidental e que conecta estas três regiões africanas.

A principal instituição que integra o Golfo da Guiné é a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Idealizada em 1999 e criada em 2001, em Libreville, a CGG conta com oito membros: Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Em 2007, a sede da Comissão foi inaugurada em Luanda, Angola. De acordo com Almeida e Bernardino (2013), a organização foi criada com o objetivo de ser um quadro de concertação político-estratégico para pensar o desenvolvimento

regional, a prevenção, gestão e solução de conflitos – principalmente advindos em função da falta de delimitação concreta das fronteiras nacionais para a exploração dos recursos naturais, fundamentalmente os offshore – e a consolidação da segurança coletiva regional. A criação se dá em função da necessidade de um órgão permanente de consulta entre os países, além de se propor a ser uma ponte entre a CEEAC e a ECOWAS.

Desde a I Cimeira dos Chefes de Estado e Governo, em 2001, no Gabão, ficou claro que a principal agenda do CGG é a segurança marítima. Em 2013, na III Cimeira, em Malabo (Guiné Equatorial), após a reestruturação do Secretariado e o presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, ter assumido a Secretaria Geral, foi debatida a necessidade de os Estados fortalecerem seus setores de segurança e defesa, além de ter sido reiterada a urgência do alargamento da instituição, da continuação de seu processo de institucionalização, da maior visibilidade da CGG como instituição sub-regional e da consolidação de uma estratégia própria para combater as ameaças no espaço marítimo do Golfo da Guiné.

Em agosto do mesmo ano, o VIII Conselho de Ministros da Comissão do Golfo da Guiné, seguindo a proposta levantada por José Eduardo dos Santos, defendeu, com urgência, a criação de um comitê de segurança e defesa, sob a autoridade do Comitê Executivo. Ademais, foi reiterado que os principais objetivos da CGG são a defesa da paz e segurança e o combate à pirataria e a outros atos ilícitos no mar, além da gestão de conflitos e a delimitação das Zonas Econômicas Exclusivas na região (HENRIQUES, 2013). É interessante notar que, na III Cimeira, estiveram presentes representantes da ECOWAS e da CEEAC.

Em junho de 2013 também ocorreu, em Yaoundé, o *Summit of Head of States and Government on Maritime Safety and Security in the Gulf of Guinea*, com a presença dos chefes de Estado dos países membros do ECCAS, da ECOWAS e da CGG. No evento, Miguel Trovoada, ex-presidente de São Tomé e Príncipe e então Secretário Executivo do CGG, declarou que a instituição deve passar para uma nova fase, pois, nos últimos 5 anos, esta havia superado uma série de desafios, como estabelecer-se enquanto instituição com visibilidade e internacionalmente reconhecida e lograr estabelecer estratégia própria para combater as ameaças no espaço marítimo do Golfo da Guiné.

De acordo com Pereira (2014),

[...] desde a sua criação, a Comissão do Golfo da Guiné, embora tenha passado por um processo de ampliação e aprofundamento, redimensionou suas atividades a partir 2007 – ano decisivo para a costa atlântica africana em função das descobertas de maiores recursos energéticos. Foi a partir de então que a Organização passou a tratar mais especificamente dos assuntos de segurança e defesa da costa, buscando formular uma estratégia comum entre os Estados da região em torno do combate a possíveis ameaças securitárias. Nesse contexto, Angola, com maior destaque, São Tomé e

Príncipe, Nigéria e Guiné Equatorial vêm sendo os principais e mais importantes atores da Organização (PEREIRA, 2014, p.15).

Na Comissão do Golfo da Guiné, ficam claras as lideranças de Angola e Nigéria. Inicialmente alicerçada pela Nigéria, hoje Angola atua como o principal líder dentro da instituição. Segundo Kornegay (2013), os países têm atuações complementares na CGG: Angola é a principal articuladora do Centro Regional de Segurança Marítima na África Central (CRESMAC), enquanto Nigéria é o principal pilar na criação de uma força naval do Golfo da Guiné, pensada principalmente para a segurança da indústria de petróleo regional. Uma das principais materializações da liderança angolana na Comissão foi no fato de o país ter convocado e sediado, sob a égide do CGG, a Conferência de Luanda sobre a Paz e a Segurança no Golfo da Guiné, em 2012, cujo lema foi “sem paz e segurança, não há desenvolvimento”. No evento, foi aprovada a Declaração de Luanda, que reiterou a necessidade de o Golfo da Guiné se manter como uma região de paz, de se criarem políticas comuns para combate às ameaças securitárias e de se cooperar com demais organizações, como a União Africana, a ONU, a ZOPACAS, a ECCAS e a ECOWAS, além de considerar a possibilidade de construção de um mecanismo permanente para monitorar e manter a segurança na região.

Angola e Nigéria também têm trabalhado para promover o diálogo e a intersecção entre a CGG e as instituições regionais, como a ZOPACAS, a ECOWAS e a CEEAC. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS<sup>32</sup>) foi criada em 1986, por liderança brasileira, retomando uma ideia proposta pela Nigéria dez anos antes. Os objetivos da instituição são a manutenção de uma zona de paz e cooperação na porção sul do oceano atlântico e mantê-la não-militarizada e desnuclearizada, além de garantir a soberania, no oceano, dos países ribeirinhos e evitar a presença e o domínio de potências extrarregionais na região e no Atlântico Sul.

A ZOPACAS surgiu como uma forma de contraposição à proposta dos Estados Unidos da criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), com o objetivo de ser a OTAN do sul. Após um período de esquecimento, na década de 1990, a ZOPACAS passou por uma fase de revitalização: o contexto mencionado acima, de crescimento de importância estratégica do Atlântico Sul, deu um novo impulso à ZOPACAS. Em 18 e 19 de junho de 2007 – ano de descobertas de petróleo na camada pré-sal do Golfo da Guiné, de criação do AFRICOM e de

---

<sup>32</sup> A ZOPACAS é composta por 24 membros, sendo eles Uruguai, Argentina, Benim, Brasil, África do Sul, Angola, Cabo Verde, Camarões, República do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Togo, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa.

ajustes para a reativação da IV Frota estadunidense -, o governo angolano, sob o cargo de presidência pró-tempore da ZOPACAS, convocou a sexta Reunião Ministerial da Zona, em Luanda. Na Reunião, foi adotado o Plano de Ação de Luanda, que reorganiza e revitaliza a ZOPACAS (PENHA, 2011). Em 2013, seguindo a mesma linha, foi aprovado o Plano de Ação de Montevidéu. Os dois planos clamam por uma maior cooperação entre os Estados membros, principalmente nos âmbitos comercial, econômica para a erradicação da pobreza, segurança marítima e de ciência e tecnologia, entre outros.

Neste sentido, nota-se que a Comissão do Golfo da Guiné e a ZOPACAS têm tido uma atuação considerável frente à nova conjuntura do Golfo da Guiné. Desde 2007, as duas instituições foram revitalizadas e aumentaram seu perfil: o aumento de presenças extrarregionais na região e da insegurança marítima – representada, principalmente, pelo aumento da pirataria –, além da consolidação do Golfo da Guiné como um dos grandes polos petrolíferos globais, foram impulsos para que as duas instituições passassem a reformular suas agendas e aumentassem sua atuação regional. Neste processo, os papéis de Nigéria e, principalmente, Angola se destacam. Os dois países tiveram papel de liderança ao serem iniciativa e capacidade gestora – principalmente em termos de recursos financeiros e capital político neste novo processo.

A construção de uma arquitetura institucional para a nova conjuntura do Golfo da Guiné, todavia, ainda é insuficiente. Entretanto, os últimos anos mostraram quais são os dois países capazes e dispostos a planejar uma agenda regional.

#### 4.2.2 Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: relações com os Estados vizinhos

Como já visto anteriormente, Angola e Nigéria são os dois Estados mais fortes em termos econômicos, políticos e militares no Golfo da Guiné. Nos últimos anos, tem crescido a atuação política desses países na região, principalmente em função do que foi exposto na subseção anterior. Por outro lado, é digno de nota que a presença em termos de capital dos dois países também tem se destacado.

Conforme se comentou no capítulo anterior, Angola é uma potência econômica no continente africano. Nos últimos anos, tem buscado expandir sua economia e seus capitais na África e, especialmente, no Golfo da Guiné; tal processo é especialmente consistente com sua indústria petrolífera, capitaneado pela Sonangol. O principal exemplo disso é, provavelmente, a atuação da empresa angolana em São Tomé e Príncipe (STP).

De acordo com Beny (2007, p.126), Angola e São Tomé e Príncipe têm uma história comum de luta por suas independências, além de uma secular convivência entre angolanos e



são-tomenses, fundada no cruzamento entre os dois povos quando, no período colonial, os angolanos eram forçados a servir como escravos nas plantações de STP. Com isso, os países se encontraram em aspectos históricos, culturais, linguísticos e até consanguíneos (BENY, 2007). Ainda de acordo com Beny (2007, p.129), após as independências, Angola e STP constituíram uma aliança solidária e reforçaram os laços comuns de identidade ideológica, o que gerou uma convergência de interesses geopolíticos e geoestratégicos de ambos os países durante a Guerra Fria. Com isso, estabeleceu-se o que muitos autores chamam de relações de irmandade entre os dois Estados.

Neste sentido, STP é inclusive referido na bibliografia como 19ª província de Angola. Os investimentos angolanos em STP são notáveis: em 2008, a Sonangol já era a maior acionista da são-tomense Empresa Nacional de Combustíveis e Óleo<sup>33</sup> (ENCO), após garantir 75% de participação na empresa<sup>34</sup> (MACAUHUB, 2008). Em 2003, foi assinado entre os dois Estados o Protocolo de Cooperação no Domínio do Setor Petrolífero, que, por cinco anos, garantiu auxílio e assessoria técnica, jurídica e econômica de Angola para STP (BENY, 2007). A Sonangol também atua nos setores de combustíveis e investe nos setores portuários e de aeroportos no país (PEGADO, 2014). Em 2012, a SonAir – uma das *ventures* da Sonangol que provê facilidades nas comunicações para os setores petrolíferos – comprou 51% da companhia aérea são-tomense STP (MACAUHUB, 2014). Em 2013, Angola adquiriu direito de exploração de partes consideráveis do Bloco 2 de STP, conjuntamente com Hong-Kong, além de a Sonangol já operar no principal porto e aeroporto do país, sob uma concessão de 30 anos (THE ECONOMIST, 2014).

Em 2014, o governo angolano também abriu uma linha de crédito de cerca de 180 milhões de dólares, o que representa cerca da metade do PIB de STP. No mesmo ano, a empresa angolana Unitel, de telecomunicações, abriu subsidiárias em São Tomé e Príncipe, sob o nome de Unitel-STP. Ademais, é digno de nota, conforme aponta Pinho (2009), que o “governo e a Sonangol rubricaram uma convenção de concessão para a construção e exploração do Ponto Franco Bunker”, da empresa petrolífera angolana, que instalará em São Tomé uma plataforma de fornecimento dos combustíveis às embarcações que passam pela região do Golfo da Guiné”.

A Sonangol também é um ator presente no Gabão: no Bloco Kiarsseny Marin, a empresa atua em parceria com a irlandesa Tullow Oil e com a suíça Addax Petroleum (SONANGOL, 2013). No que tange à República Democrática do Congo, cabe destacar o papel de Angola na

---

<sup>33</sup> São Tomé e Príncipe ainda não tem produção de petróleo. A exploração ainda está em fase de prospecção.

<sup>34</sup> O Estado de São Tomé e Príncipe detém 16% da empresa, enquanto os outros 9% são de demais acionistas menores (MACAUHUB, 2008).

exploração conjunta do campo de Lianzi, na fronteira entre os dois países, coordenada pelo chamado órgão de Unitização, composta por membros e órgãos dos governos dos dois países (REDE ANGOLA, 2014). A composição do órgão de Unitização remonta o acordo firmado em 2002 pelos dois Estados. A exploração conjunta começou em outubro de 2015, e espera-se que a produção diária seja de 36 mil barris por dia (SEMINÁRIO ECONÔMICO, 2015). Além da atuação da Sonangol e da *Société Nationale des Pétroles du Congo* (SNPC), também estão presentes no campo a portuguesa Galp e a estadunidense Chevron. São dignas de nota, também, a *joint venture* Sonangol-Congo, petrolífera formada entre a Sonangol, o Estado da República Democrática do Congo e outras empresas congolezas privadas menores, fundada em 1998 (COURIER ACP-EU, 2002) e a parceria da Sonangol com a empresa congoleza Cohydro, firmada em 2012. Com a Guiné Equatorial, a aproximação de Angola no setor petrolífero começou em 2003, quando foi assinado um acordo bilateral para a cooperação em petróleo, eletricidade e transportes. No ano anterior, foi fundada a SONAGESA, companhia aérea *joint venture* lançada entre os dois Estados. Finalmente, destaca-se, também, a ENANGOL: *joint venture* entre a Sonangol e o Estado de Cabo Verde.

A presença econômica da Nigéria na região, por sua vez, é menos marcante. O país é o principal pilar da integração econômica da ECOWAS e de uma série de mecanismos internos à instituição que objetivam a integração econômica. Dentre estes, destacam-se, os já mencionados projetos de integração física, energética e infraestrutural, dos quais sublinha-se, para o Golfo da Guiné, a) o *West African Telecommunication Regulators Assembly* (WATRA), com o objetivo de integrar as info-telecomunicações do Oeste africano; b) o *West African Gas Pipeline*, projeto de um gasoduto que levará o gás natural da Nigéria para Gana, Togo e Benim; c) o *West African Power Pool* (WAPP), com o objetivo de criar uma unidade regional em energia elétrica; neste, destacam-se os *Coastal Trans Backbone Sub-program* e o *North-core Trans Sub-program*, que farão a integração elétrica de Nigéria, Togo, Gana e Benim por meio da costa e do norte dos países, respectivamente (MAGBAGBEOLA, 2009). Ademais, merece destaque a iniciativa na construção da *ECOWAS Common Agricultural Policy*.

Entretanto, a integração econômica da Nigéria com os Estados do Golfo da Guiné ainda é lenta: mesmo o comércio intra-ECOWAS – do qual a Nigéria representa grande parte – é baixo, compondo de 8,5% a 14% do comércio internacional dos Estados membros (MAGBAGBEOLA, 2009). Dentre os Estados da ECOWAS, merece destaque as relações econômicas da Nigéria com um Estado específico: o país é o quinto maior parceiro comercial do Benim (VISENTINI, 2013).

Com este cenário, podem-se perceber duas coisas. Em primeiro lugar, nota-se que Angola tem emergido como um importante polo econômico, comercial e tecnológico no Golfo da Guiné. Ainda que não faça frente à presença econômica de potências extrarregionais na região, a força econômica de Angola, capitaneada pela Sonangol, tem tornado o Estado angolano um dos atores econômicos mais fortes do Golfo da Guiné. São dignas de destaque as relações entre Angola com São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo e Guiné Equatorial. Incomparável a esta é a presença nigeriana: diferentemente de Angola, Nigéria se faz presente não em termos de capital e investimento, mas, nos países da ECOWAS, o Estado é presente, economicamente, em função dos projetos de integração econômica e física. Há de se destacar as recentes movimentações de integração entre Nigéria, Togo, Benim e Gana.

#### **4.3 Angola e Nigéria no Golfo da Guiné: necessidade de construção regional**

A despeito das iniciativas aqui expostas, o Golfo da Guiné não é uma região politicamente construída: apesar de constituir-se como uma região geológica, durante a história do continente africano, ali não se desenvolveu a constituição de um espaço regional efetivo como em outras porções – ou sub-regiões – da África. Hoje, entretanto, os Estados do Golfo da Guiné vivem uma conjuntura radicalmente diferente do que viveram desde suas independências. A região consolidou-se como uma das principais zonas de produção de petróleo globais e, concomitantemente, há uma nova corrida por recursos naturais e mercados em toda a África, mas que parece materializar-se mais concretamente no Golfo da Guiné que em qualquer outro espaço do continente.

Com esta nova conjuntura, a região do Golfo da Guiné passa a viver uma série de desafios. A militarização da região, especialmente por parte dos Estados Unidos, é um dos principais. A iminente presença francesa, que já busca consolidar sua presença militar em uma região próxima, também é um fator ao qual se deve estar atento. Certamente, a presença militar de potências extrarregionais é uma afronta à soberania dos Estados africanos, além de ser uma ameaça à construção de uma agenda e arquitetura regional de segurança no qual o processo decisório caiba aos próprios africanos. Outros desafios também são bastante evidentes, como o aumento de crimes marítimos, principalmente a pirataria.

Por outro lado, também existem outros problemas surgindo na região, ainda que de forma menos evidente. A grande dependência do petróleo para o sustento das economias nacionais e para o desenvolvimento dos países é notável. Após a queda do preço do barril do petróleo, conforme pontuado anteriormente, a economia de grande parte dos Estados do Golfo da Guiné passou a enfrentar grandes problemas e desacelerou consideravelmente. A diminuição

da demanda por petróleo teve efeitos semelhantes. Ademais, a parceria chinesa com a maior parte dos Estados do Golfo – fator que foi de enorme relevância para o desenvolvimento nacional dos países da região – também precisa ser observada com atenção: apesar de seguir padrões de relação diferentes das potências extrarregionais tradicionais, a presença chinesa no Golfo também é alicerçada na compra de produtos primários e na venda de produtos manufaturados. Frente a isto, o cuidado para que as relações com a China não caiam em um padrão de relação tradicional Norte-Sul deve existir.

O contexto atual do Golfo da Guiné, portanto, tem mostrado que a região é palco de uma geopolítica própria e particular.

Algumas instituições, como a Comissão do Golfo da Guiné e a ZOPACAS, hoje já incluem o Golfo em suas agendas e buscam formular políticas para a nova conjuntura regional. A maior parte das iniciativas refere-se quase que exclusivamente às ameaças marítimas, e a Comissão do Golfo da Guiné hoje já constrói, regionalmente, soluções para tais problemas. Entretanto, regionalmente não se construiu consistentemente um diálogo sobre a nova conjuntura. Conforme aponta Almeida (2009) e é reiterado por Beny (2007), é necessária a coordenação política regional, especialmente no setor energético. Nas palavras de Almeida (2009, p.140), “[há a] necessidade de ser ponderada a criação de um bloco regional coerente com um projeto energético comum, no que constitui um meio para os países do Golfo da Guiné conservar um poder de decisão e de auto-gestão dos recursos petrolíferos”. Ideia semelhante é proposta por Barros (2004), que diz que uma política energética – especialmente direcionada ao petróleo – deveria ser formulada regionalmente, contando com a participação de organismos como o ECOWAS, a ECCAS e a SADC, para o estabelecimento de mecanismos que possibilitassem com que os países do Golfo da Guiné tirassem mais vantagens de seus recursos naturais.

Por outro lado, argumenta-se que a coordenação política dos países do Golfo da Guiné não deve ser apenas direcionada aos setores energéticos e petrolíferos: a coordenação deve perpassar por esses setores, mas deve englobar também a concertação política, securitária e econômica, afinal hoje a região vive desafios nestes três aspectos. Mais do que isso: a coordenação energética deveria passar por uma coordenação política e econômica, pois o sucesso – ou a falência – econômico dos Estados do Golfo depende da capacidade – ou incapacidade – destes conseguirem desvincular seus processos de desenvolvimentos exclusivamente de produtos primários, ou seja, desvincular seus processos de desenvolvimento à demanda internacional por commodities e à flutuação dos preços internacionais. Assim, a

coordenação política no Golfo da Guiné é fundamental para uma inserção internacional menos periférica para seus Estados.

Neste sentido, a participação de Angola e Nigéria é fundamental. Como se viu anteriormente, os dois são os Estados considerados potências na região: Angola, com seu modelo de desenvolvimento que lhe proporcionou a expansão de seu capital e de sua indústria petrolífera; Nigéria, por seu papel na construção de um espaço regional na África Ocidental, materializado na ECOWAS e nos seus mecanismos internos, e no seu papel de liderança no âmbito sub-regional, regional e continental. Entretanto, nenhum dos dois Estados, efetivamente, logrou ou comprometeu-se, na última década, com a construção de um espaço efetivamente regional no Golfo da Guiné – ou seja, não teve enquanto objetivos de política externa a construção desta região.

Faz-se necessário, portanto, retomar o conceito de Estado diretor, trazido por Almeida (2009): cabe a Angola e Nigéria não apenas serem os Estados diretores de suas próprias regiões – sejam elas a África Central, Austral ou Ocidental – mas também organizar política, ideológica, militar e tecnologicamente o Golfo da Guiné frente a atual conjuntura. Adiciona-se a isso a perspectiva trazida por Abnedur e Neto (2014): para os autores,

Longe de serem "naturalmente" delineadas por barreiras geográficas ou características culturais, as regiões são imaginários políticos, construídos ao longo do tempo por atores motivados por interesses específicos. Assim como o Estado, a região pode, portanto, ser pensada como comunidade imaginada, com dimensões espaciais (ANDERSON, 1983). A rotulação e reificação da região traz consequências concretas, pois o próprio processo de construção afeta a distribuição de poder. Por exemplo, ao assumirem um papel de protagonismo, certos Estados se tornam, efetivamente, os principais construtores da região (*region-builders*) - influenciando os padrões de amizade e rivalidade entre os Estados que passam a constituir a região (NEUMANN, 1994) (ABNEDUR; NETO, 2014).

Com isto, propõe-se aliar as duas perspectivas: frente à necessidade de os dois Estados serem os alicerces principais da construção de um espaço regional coordenado – ou seja, de serem os Estados Diretores de Almeida (2009) –, nota-se que, concomitantemente, estes devem assumir o papel de construtores de região – ou de *region builders*, conforme nos apresenta Abnedur e Neto (2014). Certamente o papel de construtores de região do Golfo da Guiné não deve caber exclusivamente a Angola ou Nigéria, e estes devem promover a cooperação com os demais Estados. Beny (2007) é claro quando enfatiza que Angola e Nigéria devem coordenar o que chama de Quadrilátero Estratégico, conformado pelos dois países e por São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial – os quatro países que detêm as capacidades para controlar o processo decisório regional, de acordo com o autor. Cabe também enfatizar a importância da

“construção da região” estar coordenada com instituições como a ECOWAS, a ECCAS, a SADC e, principalmente, com a União Africana.

De acordo com Pegado (2014), o Golfo da Guiné é uma região em função de três fatores: 1) devido a questões histórico-políticas, que os insere na mesma região; 2) devido ao enorme amonte de recursos naturais ali encontrados; 3) devido à integração política, alicerçada pela Comissão do Golfo da Guiné. No presente trabalho, identificamos que a integração política ainda encontra-se em fase de construção. Para que isto se efetive, entretanto, é necessário que Angola e Nigéria sejam os principais pilares deste processo.

## 5 CONCLUSÃO

No presente trabalho, buscou-se compreender se Angola e Nigéria podem ser consideradas potências regionais africanas no Golfo da Guiné. Especificamente, avaliou-se se os dois Estados têm capacidades de serem denominados como tal e se os países têm tido uma atuação regional consistente na última década e meia nesta região.

Em um primeiro momento, após breve debate sobre os conceitos tradicionais contemporâneos de potência regional, analisou-se a construção do Estado africano e as condições de inserção internacional deste no final do século XX. Concluiu-se que tais processos legaram aos países africanos problemas e gargalos estruturais, como em relação à ausência de soberania e legitimidade concretas e uma inserção internacional periférica. Com isto, os Estados africanos adentraram no século XXI com uma série de debilidades, materializados na ausência de capacidades estatais e na manutenção de um padrão de inserção internacional no qual cabe ao continente africano o papel de exportador de produtos primários.

No século XXI, entretanto, a situação do continente africano viria a mudar consideravelmente. Chamado por muitos de Renascimento africano, o período trouxe mudanças a partir da criação da NEPAD e, principalmente, União Africana, que dá uma nova potência ao processo de integração regional em todo o continente e que logra criar uma arquitetura institucional continental nos âmbitos político, econômico ou securitário. Ademais, diversos países passam, na última década e meia, por um acelerado processo de desenvolvimento e crescimento de suas economias. Neste andamento, Angola e Nigéria se destacam: ambos os países viveram neste período o *boom* de suas economias e sua consolidação como potências petrolíferas.

Ocorreu mais que isto, entretanto: Angola consolidou-se como um polo econômico na África, principalmente em função da Sonangol, sua empresa de petróleo. O seu modelo de desenvolvimento, baseado concomitantemente na exigência de conteúdo nacional na exploração do petróleo (o modelo de *angolinização*) e em um padrão de relação de barganha com empresas transnacionais, fez com que o país concentrasse uma capacidade de capital e tecnologia que se destacam no continente africano e, especialmente, no Golfo da Guiné. A Nigéria, por sua vez, consolidou-se, nos últimos anos, como uma liderança continental e, principalmente, regional. Sua atuação na África Ocidental foi o principal pilar para a constituição de um espaço regional bem articulado. Com isto, a África Ocidental, capitaneada pela ECOWAS, hoje tem uma arquitetura institucional consolidada e plenamente inserida na

União Africana. Frente a isto, notou-se que enquanto Angola tem um modelo de desenvolvimento bem consolidado, Nigéria tem um projeto regional bem definido.

No Golfo da Guiné, a análise é semelhante. Ainda que não consiga fazer frente ao capital extrarregional, a presença do capital angolano é enorme, principalmente em Estados como São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão e República Democrática do Congo. A Nigéria também se faz presente na região, principalmente ao capitanear a integração, geralmente sob a égide da ECOWAS. Com isso, o país é um dos grandes parceiros de Togo, Benim, e Gana. O espaço do Golfo da Guiné passou por diversas transformações na última década e meia: consolidou-se como um dos principais polos petrolíferos globais, passou a ser objeto de disputa de potências extrarregionais, tornou-se palco de um inédito processo de militarização e passou a assistir a emergência de novas ameaças securitárias, como a pirataria. Por isso, criou-se na região uma geopolítica própria, com dinâmicas econômicas, políticas e militares particulares da região. Algumas instituições, tais como a Comissão do Golfo da Guiné e a ZOPACAS, foram revitalizadas e passaram a incluir a nova conjuntura em sua agenda.

Entretanto, os processos mencionados acima não foram suficientes para a construção de uma agenda regional coordenada entre os países africanos ali presentes. Para que isto realmente se efetive, Angola e Nigéria devem assumir o papel do que Almeida (2009) chama de Estado diretor – ou seja, exercer o papel de coordenação política, econômica e securitária. Mais que isto, entretanto: trata-se de fazer o que Abnedur e Neto (2014) chamam de construir regiões.

Frente aos novos desafios apresentados no Golfo da Guiné, o processo de construção regional é fundamental não apenas para enfrentar a conjuntura contemporânea, mas também para superar os gargalos estruturais herdados pela formação dos Estados. A articulação de uma agenda para coordenação em temas como indústria petrolífera, militarização por parte de potências extrarregionais e relações com a China certamente contribuiriam para o desenvolvimento dos Estados africanos e para uma inserção internacional menos periférica.

Nota-se, portanto, que Angola e Nigéria são potências regionais dentro do continente africano em espaços regionais específicos. Entretanto, no Golfo da Guiné especificamente, os dois Estados não atingiram tal status. Para atingi-lo, é necessário que Angola e Nigéria atuem propositivamente em direção à construção de uma região efetiva.



## 6 REFERÊNCIAS

### 6 REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Mercondes de Souza. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.1, n.57, p. 5-21, 2014.

ALLI, W. O. **The Role of Nigeria in Regional Security**. Abuja: Friedrich-ebert-stiftung, 2012.

ALMEIDA, Eugénio Luis da Costa. **A União Africana e a Emergência de Estados-Directores no Continente Africano: o caso de Angola**. 2009. 505 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2009.

ALMEIDA, Eugénio Costa; BERNARDINO, Luís Manuel Brás. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica. **Revista Militar**, Lisboa, v. 1, n. 2532, p.43-61, 2013.

AMIN, Samir. **O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico**. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 1976.

ANGOLA. **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**. Luanda: Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: UNESP, 1995.

BANCO MUNDIAL; IPEA. **Ponte Sobre o Atlântico - Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: Ipea, 2011.

BARUNGI, Barbara; OGUNLEYE, Eric; ZAMBA, Colleen. **Nigeria**. African Economic Outlook, 2015.

BATTAGLINO, Jorge. A Reativação da IV Frota e o Novo Paradigma de Controle Global dos Estados Unidos. **Política Externa**, São Paulo, v.17, n.4, 2009.

BENY, Eduardo. **A Nova Geopolítica do Petróleo: Do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné**. Lisboa: Novo Imbondeiro, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson; OREIRO, José Luís. Doença Holandesa. **Structuralist Development Macroeconomics**. Londres, Routledge, 2015? No prelo.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CALICH, Ana Paula; GERBASE, Livi; CLOSS, Marília Bernardes; ALT, Pedro; ROBERT, Willian Moraes. 2014. A Presença dos EUA na Costa Africana do Atlântico Sul. Apresentado em: VIII Encontro Nacional da ABED. Brasília: 2014.

CHABAL, Patrick; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument**. Bloomington: Indiana Press University, 1999.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

CISSE, Djenabou. **Angola Enjoys Post-War FDI Boom**. Global Risk Insights. 2015.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The Politics of State Survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COURIER ACP-EU. **Sonangol Congo: born in the eye of the storm?** Dossier. 2002.

CRAVO, Teresa Almeida et al. **African Emerging Powers**. Oslo: Norwegian Peacebuilding Resource Centre, 2014.

ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **Angola: Country Analysis Brief**. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Nigeria: Country Analysis Brief**. 2015b.

ESCORREGA, Luis Carlos Falcão. Estratégia americana para África: a importância do Golfo da Guiné. **Revista Estratégica**, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, v.19, p.343-364, 2010.

FERREIRA, Manuel Ennes. Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola. **Revista de Imprensa Internacional - Ipri**, Lisboa, jun. 2005.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 31-52.

FLEMES, Daniel. **Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case**. German Institute Of Global And Area Studies (GIGA), Hamburgo, jun. 2007.

GAIO, Gabrieli. "Você Imaginou. Nós Construimos": Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação angolana. Observatório Político Sul-americano (opsa): **Observatório Online**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, ago. 2012.

HAASTRUP, Toni; LUCIA, Elisa Lopes. **Nigeria and Regional Security**. European University Institute: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, 2014.

HENRIQUES, Liliana. Comissão do Golfo da Guiné com Novos Rostos. **RFI Português**, ago., 2013. Disponível em: <http://www.portugues.rfi.fr/africa/20130812-comissao-do-golfo-da-guine-com-novos-rostos>. Acesso em: nov. 2015.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control**. Chichester: Princeton University Press, 2000.

IDUN-ARKHURST, Isaac. **Ghana's relations with China**. Joanesburgo: South African Institute Of International Affairs, 2008.

INDEXMUNDI. **Angola: Economia: Exportações**. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Angola: Economia: Produto Interno Bruto (PIB) – Taxa de Crescimento Real (%)**. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Angola: Economia: Reservas em moeda estrangeira e ouro**. 2015c.

\_\_\_\_\_. **Nigéria: Economia.** 2015d.

INKIORI, J. E.. A África na História do Mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África V: a África do século XVI ao século XVIII.** Brasília: Unesco, 2010. p. 91-134.

KEOHANE, Robert O. Lilliputian's Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, Cambridge, v. 23, n. 2, p.291-310, 1969.

KIALA, Carine; NGWENYA, Nomfundo. **Angola's Strategic Cooperation with the BRIC Countries.** Joanesburgo: South African Institute of International Affairs 2011.

KORNEGAY, Francis. Africa, the South Atlantic and the IBSA-BRICS Equation. The Transatlantic Space in Transition. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre: v.2, n.3, 2013.

LIMA, Maria Regina Soares de; HIRST, Mônica. Brasil como poder intermediário. In: HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a Ordem Global.** Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MACAUHUB. **Sao Tome and Principe:** Sonangol becomes biggest shareholder of oil company ENCO. 2008. Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2008/09/23/5795/>. Acesso em: nov. 2015.

\_\_\_\_\_. Angola boosts its influence in Sao Tome and Principe with credit line. 2014. Disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2014/01/27/angola-boosts-its-influence-in-sao-tome-and-principe-with-credit-line/>. 2015 Acesso em: nov 2015.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo, Editora Contexto, 2014.

MAGBAGBEOLA, Nelson. **Economic and Political Integration in West Africa.** ECOWAS Commission. 2009.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações: do século XIX os nossos dias [Tomo II].** Coimbra: Edições Colibri, 2011.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics.** Nova Iorque: Norton, 2001.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. **Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China.** Joanesburgo: South African Institute Of International Affairs, 2009.

MUZIMA, Joel Daniel; MENDY, Fernanda Ramalho. **Angola.** African Economic Outlook, 2015.

NEUMANN, Iver B. A region-building approach to Northern Europe. **Review of International Studies**, v. 20, n. 1, p. 53-74, 1994.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review Of International Studies**, Cambridge, p. 881-901, 2010.

O PAIS. Governo vai divulgar taxa de desemprego. 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **A Política Externa da Nigéria: desafios de um gigante africano (1960-2014).** 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **Petróleo e Segurança Internacional: aspectos globais e regionais das disputas por petróleo na África Subsaariana**. 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007a.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol. **The Journal Of Modern African Studies**, Cambridge, v. 45, n. 4, p.595-619, dez. 2007b.

OSARETIN, Idahosa. Energy Security in the Gulf of Guinea and the Challenges of the Great Powers. **Journal Of Social Sciences: Interdisciplinary Reflection of Contemporary Society**, Nova Déli, v. 3, n. 27, p.187-191, 2011.

OWUSU, Maxwell. A Agropecuária e o Desenvolvimento Rural. In: MAZRUI, Ali A. (Ed.). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. p. 377-427.

PEGADO, Aida Maria Silvério Pinto. **Angola Como Potência Regional Emergente: Análise dos Factores Estratégicos (2002-2012)**. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Africanos - Política e Relações Internacionais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

PENHA, Eli A. **Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico Sul**. EDUFBA, Salvador, 2011.

PINHO, Artur. Zona franca para o Golfo da Guiné. 2009. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/02/090202\\_stpsonangoltl.shtml](http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2009/02/090202_stpsonangoltl.shtml)>. Acesso em: nov. 2015.

PLOCH, Lauren. **Africa Command: U.S. Strategic Interests and the Role of U.S. Military in Africa**. Estados Unidos: Congressional Research Service. 2011.

REDE ANGOLA. **Ministro dos Petróleos no Congo-Brazzaville: Botelho de Vasconcelos aborda projecto de exploração petrolífera comum**. 2014. Disponível em: <<http://www.redeangola.info/ministro-dos-petroleos-no-congo-brazzaville/>>. Acesso em: nov. 2015.

SEMINÁRIO ECONÔMICO. Angola e Congo Brazzaville iniciam produção de petróleo no campo de Lianzi. 2015. Disponível em: <http://semanarioeconomico.co.ao/angola-e-congo-brazzaville-iniciam-producao-de-petroleo-no-campo-de-lianzi/>. Acesso em: nov. 2015.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

SCHOEMAN, Maxi. South Africa as an Emerging Middle Power. **African Security Review**, Tshwane, v. 9, n. 3, 2000.

SENNES, Ricardo Ubiraci. **As mudanças na política externa brasileira de 1980: Uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVA, Igor Castellano da. Southern Africa Regional Security Complex: The Emergence of Bipolarity?. **Internatonal Relations And Security Network - Eth Zurich**, Zurique, 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Externa na África Austral: Causas nas Mudanças de Padrão de Cooperação e Conflito (1975-2015)**. 404 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SOMMERVILLE, Keith. **Angola: politics, economics and society**. Londres: Pinter Publishers, 1989.

- SONANGOL. **Exploração e Produção**: relatório. 2013.
- SOUTHALL, Roger; MELBER, Henning (Ed.). **A New Scramble for Africa?: Imperialism, Investment and Development**. Kwazulu-natal: University Of Kwazulu-natal Press, 2009.
- STRATFOR. **Nigeria Reconsiders Its Oil Contracts**. 2015.
- SUN, Yun. **Africa in China's Foreign Policy**. Washington: Brookings, 2014.
- TAYLOR, Ian. **China's New Role in Africa**. Londres: Lyenne Rienner, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **The International Relations of Sub-Saharan Africa**. Londres: The Continuum International Publishing Group Ltd, 2010b.
- TÉTÉNYI, András. **South Africa vs. Nigeria**: competing countries for leadership position in Sub-Saharan Africa. In: FLACSO Conference. Buenos Aires. 2014.
- TILLY, Charles. **Democracy**. Nova Iorque: Cambridge University Press. 2007.
- THE ECONOMIST. Angola increases its footprint in São Tomé and Príncipe. 2014. Disponível em:  
<http://country.eiu.com/article.aspx?articleid=1882178172&Country=S%C3%A3o%20Tom%C3%A9%20and%20Pr%C3%ADncipe&topic=Politics&subtopic=Forecast&subsubtopic=International+relations&u=1&pid=1333624517&oid=1333624517&uid=1>. Acesso em: nov. 2015.
- THRALL, Lloyd. **China's Expanding African Relations**: Implications for U.S. National Security. Santa Monica: Rand Corporation, 2015.
- UKEJE, Charles; MVOMO-ELA, Wullson. **African Approaches to Maritime Security**: the Gulf of Guinea. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2013.
- VALLEN, Vincent. US policy towards the Gulf of Guinea. In: TRAUB-MERZ, Rudolf; YATES, Douglas (Eds): **Oil Policy in the Gulf of Guinea**: Security & Conflict, Economic Growth, Social Development. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung: 51-58. 2004.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **África e as Potências Emergentes**: nova partilha ou cooperação sul-sul?. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Os Países Africanos**: Diversidade de um Continente. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.
- VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos Africanos**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2013.
- WALLERSTEIN, Immanuel. A África e a Economia-Mundo. In: AJAYI, J. F. Ade (Ed.). **História Geral da África VI**: A África do Século XIX à década de 1880. Brasília: Unesco, 2010. p. 27-46.
- WALTZ, Kenneth. The Emerging Structure of International Politics. **International Security**, Harvard, v. 18, n. 2, p.44-79, jul. 1993.
- WOHLFORT, William C.. Stability of a Unipolar World. **International Security**, Harvard, v. 24, n. 1, p.5-41, 1999.
- ZUCATTO, Giovana Esther; BAPTISTA, Michelle. Pirataria no Golfo da Guiné. **UFRGSMUN 2014: Question Old Structures. Forge the Future**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.531-566, 2014.